



Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



Câmara dos Deputados

ação parlamentar

CERRADO E CAATINGA COMO PATRIMÔNIO NACIONAL



Comissão de Legislação Participativa
..... Brasília I 2010

Mesa da Câmara dos Deputados
53ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa
2010

Presidente

Michel Temer

1º Vice-Presidente

Marco Maia

2º Vice-Presidente

Antonio Carlos Magalhães Neto

1º Secretário

Rafael Guerra

2º Secretário

Inocêncio Oliveira

3º Secretário

Odaír Cunha

4º Secretário

Nelson Marquezelli

Suplentes de Secretário

1º Suplente

Marcelo Ortiz

2º Suplente

Giovanni Queiroz

3º Suplente

Leandro Sampaio

4º Suplente

Manoel Junior

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva



Câmara dos
Deputados

Comissão de Legislação Participativa

Cerrado e Caatinga como Patrimônio Nacional

Seminário

Seminário realizado pela Comissão de Legislação Participativa em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em 10 de setembro de 2009, para debater a matéria da PEC nº 115/95, que inclui o Cerrado e a Caatinga na relação dos biomas considerados patrimônio nacional.

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2010

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora Maria Clara Bicudo Cesar

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor Sílvio Avelino da Silva

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Diretor José Oliveira Anuniação

Projeto gráfico, diagramação, capa/ilustração Racsow

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809; fax: (61) 3216-5810

edicoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE

Ação parlamentar

n. 424

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Legislação Participativa.

Cerrado e Caatinga como patrimônio nacional. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

95 p. – (Série ação parlamentar ; n. 424)

ISBN 978-85-736-5742-5

Audiência pública realizada pela Comissão de Legislação Participativa em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em 10 de setembro de 2009, para debater a matéria da PEC nº 115/95, que inclui o Cerrado e a Caatinga na relação dos biomas considerados patrimônio nacional.

1. Cerrado, conservação, Brasil. 2. Caatinga, conservação, Brasil. 3. Conservação da natureza, Brasil. 4. Proteção ambiental, Brasil. I. Série.

CDU 504.06(81)

Sumário

Membros da Comissão de Legislação Participativa – 2009	5
Membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – 2009	7
Equipe Técnica da Comissão de Legislação Participativa – 2009	9
Apresentação	11
Participantes do Debate	13
Seminário	15
Siglário.....	93

Membros da Comissão de Legislação Participativa (CLP) – 2009

Mesa da Comissão		
Presidente	Roberto Britto	PP (BA)
Vice-Presidentes	Eliene Lima	PP (MT)
	Dr. Talmir	PV (SP)
	Vadão Gomes	PP (SP)

Composição da Comissão		
TITULARES		
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB		
Eduardo Amorim		PSC (SE)
Eliene Lima		PP (MT)
Emilia Fernandes		PT (RS)
Francisco Praciano		PT (AM)
Iran Barbosa		PT (SE)
Janete Rocha Pietá		PT (SP)
Jurandil Juarez		PMDB (AP)
Leonardo Monteiro		PT (MG)
Pedro Wilson		PT (GO)
Roberto Britto		PP (BA)
Vadão Gomes		PP (SP)
PSDB/DEM/PPS		
José Carlos Vieira		DEM (SC)
Luiz Carlos Setim		DEM (PR)
PSB/PDT/PCdoB/PMN		
Luiza Erundina		PSB (SP)
Sebastião Bala Rocha		PDT (AP)

PV	
Dr. Talmir	PV(SP)
Suplentes	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Angelo Vanhoni	PT (PR)
Fátima Bezerra	PT (RN)
Fernando Ferro	PT (PE)
Lincoln Portela	PR (MG)
Mário de Oliveira	PSC (MG)
Nazareno Fonteles	PT (PI)
Rodrigo Rocha Loures	PMDB (PR)
Sabino Castelo Branco	PTB (AM)
Silas Câmara	PSC (AM)
PSDB/DEM/PPS	
Paulo Bornhausen	DEM (SC)
Rodrigo Maia	DEM (RJ)
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Glauber Braga	PSB (RJ)
João Dado	PDT (SP)

Informações da Comissão

Secretária: Sonia Hypolito
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122
Telefones: 3216-6692 / 6693
FAX: 3216-6700
Email: clp@camara.gov.br

Membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) – 2009

Mesa da Comissão

Presidente	Roberto Rocha	PSDB (MA)
Vice-Presidentes	Marcos Montes	DEM (MG)
	Jurandy Loureiro	PSC (ES)
	Leonardo Monteiro	PT (MG)

Composição da Comissão

TITULARES

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Jurandy Loureiro	PSC (ES)
Leonardo Monteiro	PT (MG)
Mário de Oliveira	PSC (MG)
Paulo Piau	PMDB (MG)
Rebecca Garcia	PP (AM)
Zé Geraldo	PT (PA)

PSDB/DEM/PPS

André de Paula	DEM (PE)
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB (SP)
Gervásio Silva	PSDB (SC)
Jorge Khoury	DEM (BA)
Marcos Montes	DEM (MG)
Marina Maggessi	PPS (RJ)
Roberto Rocha	PSDB (MA)
Rodvalho	DEM (DF)

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Givaldo Carimbão	PSB (AL)
-------------------------	-----------------

PV	
Antônio Roberto	PV (MG)
Edson Duarte	PV (BA)
Sarney Filho	PV (MA)
Suplentes	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Antonio Feijão	PTC (AP)
Fernando Marroni	PT (RS)
Homero Pereira	PR (MT)
Moacir Micheletto	PMDB (PR)
Paulo Roberto Pereira	PTB (RS)
Paulo Teixeira	PT (SP)
Roberto Balestra	PP (GO)
Valdir Colatto	PMDB (SC)
Zezéu Ribeiro	PT (BA)
PSDB/DEM/PPS	
Arnaldo Jardim	PPS (SP)
Cezar Silvestri	PPS (PR)
Germano Bonow	DEM (RS)
Luiz Carreira	DEM (BA)
Moreira Mendes	PPS (RO)
Nilson Pinto	PSDB (PA)
Wandenkolk Gonçalves	PSDB (PA)
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Miro Teixeira	PDT (RJ)
PV	
Fernando Gabeira	PV (RJ)

Secretário: Aurenilton Araruna de Almeida

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, sala 142

Telefones: 3216-6521 a 6526

FAX: 3216-6535

Equipe Técnica da Comissão de Legislação Participativa – 2009

Sonia Hypolito
Adriana Lima Amaral Moura
Aldenir Áurea da Silva
Aldo Matos Moreno
Angelita Juvenal de Almeida
Cibele de Fátima Morais Rocha
Cláudio Ribeiro Paes
Christhiano Santos
Eduardo Felício Barbosa
Eliana Teixeira Gaia
Fernanda Xavier Silva
Gilvan Mendes da Silva
Gisele Villas Boas
Heloísa Helena Soares Abadia
João Paulo Borges da Silva
Marilena Tavares Nunes
Nilma Martins Calazans
Robson Pereira da Rocha Silva

Adolescentes

Alexandre Vinicius P. Magalhães
Thaís Nunes Feitosa

Apresentação

A Comissão de Legislação Participativa promoveu, em parceria com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em 10/09/2009, audiência pública com a finalidade de debater a respeito da PEC nº 115, de 1995, que inclui o Cerrado e a Caatinga na relação dos biomas considerados patrimônio nacional.

Entre os ilustres convidados que participaram brilhantemente da reunião (representantes dos povos indígenas, dos quilombolas, dos estudantes, das mulheres, dos pequenos agricultores e outros), vale destacar a presença do Ministro de Estado do Meio Ambiente, Carlos Minc, entre outras autoridades que tornaram o debate muito enriquecedor.

Esse tema é de indubitável importância para a sobrevivência não somente das pessoas que habitam essas áreas e precisam que sejam preservadas as matas e os recursos hídricos, mas para o Brasil e o planeta como um todo. Além disso, é importante mencionar que a preservação dos biomas brasileiros é crucial na luta contra as mudanças climáticas, cada vez mais evidentes e assustadoras, que podem, no decorrer dos anos, influenciar drasticamente o modo de vida e a própria sobrevivência das futuras gerações.

Nesse sentido, merece destaque o pronunciamento do Ministro Carlos Minc, que foi bastante feliz ao registrar que não somente o bioma Amazônia, considerado de fundamental importância, deve ser protegido, mas também o Cerrado, a Caatinga, a Mata Atlântica, o Pantanal e o Pampa.

O Ministro salientou, ainda, que é importante para o Brasil aumentar a produção de alimentos, mas de forma ordenada, sem invadir áreas que deveriam ser protegidas, a exemplo de área de quilombola, acrescentando que *“nós não aceitamos essa*

dicotomia entre produzir e proteger, porque, hoje em dia, a tecnologia permite dobrar a produção sem tirar mais um hectare de mata nativa do Cerrado brasileiro”.

Iniciativas dessa natureza são fundamentais para a construção de uma democracia forte, trazendo a experiência e a sabedoria de cada uma dessas pessoas que lutam por seus ideais, muitas vezes de forma solitária, ao conhecimento daqueles que de alguma forma detêm o poder de modificar o atual cenário.

Portanto, tendo em vista a excepcional qualidade dos debates, bem como a importância do tema em comento, entendeu-se oportuna a transformação desse material em separata, com o escopo de que um maior número de pessoas tenham acesso a essas informações, em especial os Parlamentares que não tiveram a oportunidade de participar do evento.

*Deputado Roberto Britto
Presidente da Comissão de Legislação Participativa*

Participantes do Debate

Expositores

1. CARLOS MINC	Ministro de Estado do Meio Ambiente
2. HIPARIDI TOP'TIRO	Coordenador-Geral da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC) / Rede Cerrado
3. PAULO FIÚZA	Movimento Cerrado Vivo
4. BRAULINO CAETANO DOS SANTOS	Coordenador-Geral da Rede Cerrado
5. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PINTO	Professor-Adjunto do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília (UnB)
6. CARMEN REGINA MENDES DE ARAÚJO CORREIA	Engenheira Agrônoma
7. MANOEL DA CONCEIÇÃO SANTOS	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru)

Participantes

8. BENIVALDA SANTIAGO CERQUEIRA	Associação de Mulheres Agricultoras Familiares de Araras do Pantanal e Diretora da Rádio Comunitária Voz do Cerrado
9. DONIZETI TOKARSKI	Presidente da Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação – Ecodata
10. EDITE LOPES DE SOUZA	Agência Desenvolvimento, com atuação na região Oeste da Bahia, no bioma Cerrado
11. ELISEU JOSÉ DE OLIVEIRA	Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Conselho Diretor do Centro de Agricultura Alternativa (CAA) do Norte de Minas Gerais
12. ELIZÂNGELA RIBEIRO DE AQUINO	Município de Riacho dos Machados, Estado de Minas Gerais

13. EMIR LUCAS DE PAULA SANTOS	Vereador do Município de Poconé, Estado do Mato Grosso
14. FAUSTINA SOARES SANTANA	Associação Quilombola do Vale do Gorutuba
15. JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA	Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais
16. MARLI LESSA RIBAS	Gerazeira do Município de Cocos, Estado da Bahia
17. MATEUS ALVES DE MELO	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab)
18. PAULO GARCIA	Rede de Integração Verde de Alto Paraíso, Chapada dos Veadeiros, Estado de Goiás
19. PEDRO PONCE	Município de Poconé, Estado do Mato Grosso
20. SAMUEL BRITO DAS CHAGAS	Município de Buririzeiro, Estado de Minas Gerais
21. SIRILO DOS SANTOS ROSA	Presidente da Associação do Quilombo Kalunga
22. SREWE DA MATA DE BRITO (SREWE XERÉM)	Povos Indígenas do Cerrado, Estado do Tocantins

Seminário

Foto: Ivaldo Cavalcante



Público presente na Audiência Pública “Cerrado e Caatinga como Patrimônio Nacional”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Bom dia a todos os presentes.

Em nome da Câmara Federal e ao lado do Deputado Rodrigo Rollemberg, declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Legislação Participativa, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, originada do Requerimento nº 92, na Comissão de Legislação Participativa, e do Requerimento nº 281, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ambos de autoria dos Deputados Pedro Wilson e Paulo Teixeira, que requerem debater a matéria objeto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC)

nº 115, de 1995, PEC do Cerrado e da Caatinga, apenas, que inclui o Cerrado e a Caatinga na relação dos biomas considerados patrimônios nacionais.

Convido para compor a Mesa o Deputado Rodrigo Rollemberg; o grande Ministro Carlos Minc, da Pasta do Meio Ambiente; o Sr. Hiparidi Top’Tiro, Coordenador-Geral da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado; o Sr. Deputado Edson Duarte; o Sr. Paulo Fiúza, Representante do Movimento Cerrado Vivo; o Sr. Manoel da Conceição, do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru) do Maranhão – a quem recebemos com muita honra; o Sr. Braulino Caetano dos Santos, Coordenador-Geral da Rede Cerrado.

Comunico as regras de condução desta audiência pública. Cada expositor deverá limitar-se ao tema em debate e terá o prazo de 15 minutos, não podendo ser aparteado. Somente após a exposição de todos os convidados é que passaremos aos debates. Os interessados em participar do debate deverão inscrever-se previamente. As perguntas aos convidados devem tratar apenas do assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos.

Tendo sido esclarecidas as regras, passamos à exposição.

Infelizmente por motivos de força maior o Deputado Michel Temer não poderá estar conosco aqui, assim como o Deputado Roberto Britto, Presidente da Comissão, que nos deu a honra de presidir esta audiência.

Convido ainda, com muita honra, para compor a Mesa o colega proponente desta audiência, Deputado Paulo Teixeira, de São Paulo.

Passo a palavra ao Ministro Carlos Minc, do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. MINISTRO CARLOS MINC – Quero saudar todos os defensores do Cerrado brasileiro, todos os povos, todos os militantes, todos os ativistas na defesa deste importante bioma brasileiro, o Cerrado.

Palmas aos militantes em defesa do Cerrado.

Quero saudar o nosso Deputado Pedro Wilson, Presidente desta sessão e autor da PEC nº 150, de 1995. Já se vão 14 anos. Já

está na hora, porque daqui a pouco vira mocinha, casa, tem filho e não foi aprovada ainda aqui no Congresso.

Quero saudar os Deputados Rodrigo Rollemberg, Paulo Teixeira, Edson Duarte e todas as lideranças dos povos indígenas aqui presentes, o Hiparidi Top' Tiro, o Paulo Fiúza, o Manoel da Conceição e os demais companheiros.

Como o Deputado Pedro Wilson já anunciou, eu vou ter de sair, mas ficarei aqui representado por vários dirigentes do Ministério para os debates. Quero dizer que o Ministério do Meio Ambiente, logo mais, às 10h30, vai apresentar o primeiro monitoramento do desmatamento recente do Cerrado brasileiro.

Até pouco tempo o Brasil monitorava de forma permanente apenas o bioma Amazônia. Por isso o Plano de Mudanças Climáticas só tem metas de redução para o bioma Amazônia. Mas logo que assumi, Deputado Pedro Wilson, dissemos o seguinte: a Amazônia é fundamental, mas o Ministério do Meio Ambiente não pode ser o samba de uma nota só. Então, todos os biomas brasileiros, hoje, estão sendo monitorados: o Cerrado, a Caatinga, a Mata Atlântica, o Pantanal e o Pampa. Isso significa que na sequência, Deputado Rodrigo Rollemberg, podemos, na revisão do plano, em junho e julho de 2010, ter metas de redução para todos os biomas brasileiros e não somente para o bioma amazônico.

Os dados que vamos apresentar são tristes. Para os senhores não é novidade, porque os senhores estão enfrentando dia a dia a destruição da nossa biodiversidade do Cerrado, a agressão aos povos que vivem e dependem dessa biodiversidade e do grande manancial de água do Brasil, o Cerrado brasileiro.

O que esses dados vão indicar? Vão indicar que hoje o desmatamento anual do Cerrado é algo em torno do dobro do desmatamento da Amazônia. Vejam, senhores, que dados preocupantes e que nunca foram revelados com essa crueza e com esse rigor.

Há dez anos, pelos dados, tanto a Amazônia quanto o Cerrado tinham um desmatamento de cerca de 20 mil quilômetros por ano. Só que, por causa de uma série de boas medidas que foram tomadas – pelo Programa de Combate ao Desmatamento da Amazônia, pela Operação Arco Verde, pelo corte de crédito aos poluidores, os municípios-chave – a Amazônia teve diminuído pela

metade o desmatamento. Então, passou de uma base de 20 mil para uma base de 10 mil. O que ainda é inaceitável. É bom que se diga que é inaceitável. Mas passou para a metade, o que significa que alguma coisa funcionou. Só que, enquanto a Amazônia passou de 20 para 10, o Cerrado continuou em 20, ou seja, hoje ele está com o dobro do desmatamento da Amazônia.

Então, o que nós vamos anunciar hoje? Não vamos apenas anunciar esse dado. Alguns até disseram: *“Não, mas esse dado é um dado ruim. Será que vale à pena divulgar?”* Claro que vale a pena divulgar, porque esse dado é que vai mostrar o quanto o Cerrado está sendo ameaçado, o quanto é importante aprovar a PEC 150 e uma série de medidas que devem se seguir a ela. Mas nós não vamos apresentar apenas os dados, vamos apresentar a base de um plano de defesa do Cerrado, um plano de defesa e desenvolvimento do Cerrado, da biodiversidade e dos povos do Cerrado, do desenvolvimento sustentável para o Cerrado.

E, Deputado Edson Duarte, digo o seguinte – o terceiro na linha, V.Exa. pode ficar tranquilo, será a Caatinga, pela qual V.Exa. tanto luta junto com a Articulação do Semiárido e todos os movimentos sociais da região. E, sucessivamente, vamos apresentar dados e planos para todos os biomas, e não apenas para a Amazônia. Ministério não vai ser mais o samba de uma nota só. A Amazônia é fundamental, mas Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica têm que ter o mesmo tratamento.

E que plano vai ser esse? Primeiro, esse plano vai ser colocado a partir de hoje no site do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e vai ser aberto à consulta pública. Todos os pesquisadores, militantes, lideranças indígenas, lideranças de seringueiros, extrativistas, secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, a turma que trabalha na educação ambiental, nas Agendas 21, os técnicos, as Organizações Não Governamentais (ONGs), as fundações, enfim, todos vão poder dar sugestões concretas. E, assim, antes do fim do ano, nós vamos ter um plano efetivo cuja base vai ser apresentada hoje, mas a versão definitiva vai incorporar as sugestões do Parlamento e as sugestões da militância, dos pesquisadores e, naturalmente, dos órgãos estaduais e municipais dessa região.

E entre outras medidas estará, com certeza, o fortalecimento das unidades de conservação, das unidades extrativistas; a implantação ou consolidação dos corredores de biodiversidade; a ampliação da demarcação das terras indígenas da região; medidas para coibir o desmatamento ilegal e medidas, sobretudo, para defender os recursos hídricos, a vulnerabilidade das bacias hidrográficas do Cerrado e instituir aquilo que o Presidente Lula já mandou e está para ser votado agora – espero que a gente consiga urgência, Deputado Pedro Wilson –, que é pagamento por serviços ambientais, para nós usarmos recursos públicos para pagar as comunidades de pequenos agricultores, agricultura familiar, comunidades tradicionais, para reconstituírem as matas ciliares dos nossos rios que estão sendo desmatados, rios esses que são a principal fonte de água do Brasil. E água é vida. Portanto, o Cerrado é vida e ele não pode ser ferido de morte pelo agronegócio, que é o que está acontecendo hoje no Brasil.

Vou concluir, Deputado Pedro Wilson, para podermos ouvir todos os membros desta Mesa: Deputado Paulo Teixeira e todos os demais representantes das comunidades que compartilham conosco essa Mesa importante.

Vejam bem, o Brasil tem que aumentar a produção de alimentos. É razoável. Melhorando a produção de alimentos, diminui a inflação, melhora a balança de pagamentos. Isso é importante. O que acontece é que há várias formas de aumentar a produção. Uma é pegar a terra que já está aberta, já está degradada e recuperar essa terra e intensificar a produção na terra que já está aberta. A outra é você ir avançando em cima de área de comunidade tradicional, em cima de área de quilombola, em cima de área de povo indígena, de terra indígena, em cima de área de vegetação nativa do Cerrado, em cima de mata protetora de manancial. Isso está errado.

Então, eu acho, Deputado Pedro Wilson, Presidente desta sessão e autor da PEC 150, que nós devemos afirmar em alto e bom som que nós não aceitamos essa dicotomia entre produzir e proteger, porque, hoje em dia, a tecnologia permite dobrar a produção sem tirar mais um hectare de mata nativa do Cerrado brasileiro.

Então, nós queremos colocar o farol em cima do Cerrado, porque o mundo inteiro fala da Amazônia – o que é importantíssimo. E nós podemos dizer, com orgulho, que este ano nós vamos ter o menor desmatamento dos últimos vinte anos no Brasil por causa das medidas que foram tomadas, e não apenas das medidas de repressão e controle, mas também em função das medidas da Operação Arco Verde e outras muito importantes, Deputado Rodrigo Rollemberg. O Governo agora, não só o Ministério do Meio Ambiente, mas dez Ministérios, trinta órgãos estão indo município por município levando, Deputado Edson, financiamento para empreendimento sustentável, por meio do Banco do Brasil, do Banco da Amazônia (Basa), apoiando o extrativismo. O Ministério do Meio Ambiente, por meio do serviço florestal, está apoiando o manejo florestal comunitário e o ecoturismo até em unidades de conservação. Você pode gerar renda sem destruir. É possível isso. O Ministério da Pesca está levando a piscicultura para gerar proteína e emprego sem ter o boi pirata acabando com a Amazônia.

Então, estamos indo a cada município levando as alternativas. Se somente se faz a repressão, não funciona. E a mesma coisa que está dando certo na Amazônia pode ser feita para o Cerrado. Veja bem, eu não estou dizendo que o problema da Amazônia está resolvido; eu estou dizendo que está funcionando porque levamos para a metade o desmatamento; estamos tendo o menor desmatamento do ano e estamos fazendo preço mínimo para produtos extrativistas, pagamento por serviços ambientais, Fundo Amazônia, para acabar o zoneamento econômico e ecológico de toda a Amazônia até janeiro do ano que vem.

O que eu quero dizer, Deputado Paulo Teixeira, é que temos que fazer tudo isso para o Cerrado também. Terminar o zoneamento econômico e ecológico, colocar para funcionar o Plano Integrado de Recuperação e Desenvolvimento Sustentável do Cerrado, mapear os recursos hídricos e reconstituir a base desses recursos hídricos, a vulnerabilidade dessas bacias hidrográficas que estão sendo devastadas, e assim podermos dizer que queremos, sim, o aumento da produção e do emprego, só que não queremos que esse aumento da produção e do emprego signifi-

que a destruição de terras indígenas, de comunidades tradicionais e do que restou do Cerrado.

Hoje o Cerrado está sendo destruído a uma velocidade duas vezes maior do que a Amazônia, e a maior parte dos países do mundo não tem ideia disso. Mas hoje é um dia histórico. Com essa audiência hoje, nesta Câmara de Deputados, que representa o povo brasileiro porque foi eleita pelo voto direto da população, o Ministério do Meio Ambiente vem dar esses números que vão passar para o mundo inteiro. Com o plano, que vai hoje para consulta pública, o nosso objetivo é que o Cerrado tenha a mesma importância que tem a Amazônia brasileira. Amazônia, Cerrado, Brasil, Brasil. É isso que nós temos que defender.

Parabéns aos Deputados que organizaram a sessão e, sobretudo, parabéns a esses ativistas, a essas lideranças comunitárias, indígenas, extrativistas que, com seu trabalho e agora com apoio do Parlamento e desse plano e desses dados, vão fazer uma corrente humana, uma corrente de resistência, uma corrente de consciência ecológica, de sustentabilidade, para que o Cerrado não vire carvão, para que o Cerrado não seja destruído, para que o Cerrado não seja uma vítima da ganância e com ele a nossa água minguar, a nossa água fique contaminada e seque. Viva o Cerrado!

Saudações ecológicas e libertárias para todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Obrigado, Ministro, que traz essa boa notícia...

O SR. MINISTRO CARLOS MINC – Boa e má.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Mas as más são para nos lembrar que temos que fazer boas.

O SR. MINISTRO CARLOS MINC – ... serve para manchar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - O duro é quando vem más e mais males, males da terra, como fala D. Pedro Casaldáliga, o grande bispo de São Félix do Araguaia.

Gostaria de registrar, com muita honra, a presença do Dr. Gustavo Souto Maior, Presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – é uma honra tê-lo aqui conosco – e do nosso querido Deputado Domingos Dutra, do Maranhão, terra de Manoel da Conceição.

Tendo em vista que os Deputados Rodrigo Rollemberg e Paulo Teixeira têm compromissos fora de Brasília, concederei a palavra a S.Exas. para que possam fazer uma breve saudação. Depois, se quiserem, podem permanecer presentes.

Sei que o Deputado Rodrigo Rollemberg é um grande campeão defensor do meio ambiente, bem como o Gustavo e tanta gente de Brasília, a Capital do Cerrado e das águas emendadas, Sr. Ministro. Essa é a água que levamos para a Amazônia; levamos para o Grande Sertão Veredas, de Guimarães Rosa, do São Francisco e levamos também para a Bacia do Prata, lá para Rosário. A água do Rio Meia Ponte sai daqui e vai para Rosário, onde tivemos um confronto com los hermanos e, mais uma vez, ganhamos.

Nós saudamos sempre a Argentina, um país irmão. Fora a briga do futebol, nós somos irmãos, inclusive na luta para produzir mais e mais alimentos no Brasil e na Argentina para o povo argentino, o povo brasileiro e para o povo do mundo todo, mas com um desenvolvimento sustentável, respeitando o meio ambiente. Senão, daqui a cinquenta anos vamos chorar devido às más notícias. Por isso que boa notícia pressupõe compromisso.

Passo a palavra ao querido Deputado Rodrigo Rollemberg, um dos que nos apoiam nessa luta, que é conjunta. Não existe projeto do Pedro Wilson, mas sim projeto de todos os brasileiros que querem os Pampas, a Caatinga, a Mata Branca do Nordeste, o semiárido, o Cerrado, os Sertões, a Savana, como biomas nacionais, com planos de monitoramento como os que estamos tendo agora. Outros planejamentos que ainda vão surgir e com a lei vamos ter recursos para investir, inclusive em áreas degradadas, para não avançarmos nas florestas desse Cerrado do Centro-Oeste brasileiro, que trouxe, primeiro, as flores rosas e roxas do Ipê, depois, as flores amarelas e, agora, as flores brancas. Dizem ainda que os Ipês também têm flores verdes. Se não olharmos – parodiando aquela manifestação feita na época do Hitler, na Alemanha – as primeiras flores nas quais o pessoal pisa no jardim, chegará o dia em que não vamos poder dizer nada, porque não teremos nem voz. Então, a voz é em defesa das flores rosas e roxas do Ipê, uma das árvores do Cerrado; das amarelas, tão bonitas, da cor do Brasil; também das brancas, que significam paz.

Quero parabenizar e saudar os responsáveis pela promoção do 6º Encontro dos Povos do Cerrado, que se realizará aqui em Brasília. Parabéns a todos!

Com a palavra o Deputado Rodrigo Rollemberg.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG – Prezado Deputado Pedro Wilson, grande companheiro e guerreiro desta causa; prezado Ministro Carlos Minc; prezado Deputado Paulo Teixeira, outro grande companheiro; Deputado Domingos Dutra, também grande trabalhador; Deputado Edson Duarte, nosso Líder do Partido Verde (PV); companheiro Paulo Fiúza, do Movimento Cerrado Vivo; demais representantes, militantes, ativistas dos povos do cerrado; Sr. Gustavo Souto Maior, Presidente do Instituto Brasília Ambiental (Ibram); meus cumprimentos. E, de forma muito especial, cumprimento cada um e cada uma de vocês que vieram de vários lugares do Brasil para defender esta causa que é o do povo brasileiro, da Nação brasileira e, por que não dizer, uma causa global.

Ao mesmo tempo em que fico muito feliz e orgulhoso por ver este auditório repleto, lotado, fico muito triste por ainda termos de estar aqui para discutir a implementação, a inclusão na Constituição Federal do Cerrado como patrimônio nacional. É muito triste porque o Cerrado já deveria ser considerado como patrimônio nacional na Constituição Federal há muito tempo.

Parece-me uma insensatez o País, o Congresso Nacional ainda não terem feito isso. Estamos falando, Paulinho, de um bioma que ocupa 24% do território brasileiro. Setenta por cento das águas das Bacias do Paraná, do Tocantins e do São Francisco nascem no Cerrado brasileiro. São conhecidas hoje em torno de 12 mil espécies de plantas no Cerrado, das quais um terço delas, ou seja 4.400, são endêmicas, são plantas que só existem no Cerrado brasileiro.

Estamos falando de um bioma que faz a integração entre todos os biomas brasileiros: entre a Floresta Amazônica, o Pantanal, a Mata Atlântica, a Caatinga. No entanto, devido ao *lobby* de alguns poucos que defendem interesses privados e particulares e não o nacional, o Cerrado ainda não foi alçado à condição de patrimônio nacional na Constituição Federal.

Enquanto isso, como disse o Ministro Carlos Minc, o Cerrado vem sendo desmatado a uma taxa anual que varia em torno de 1% a 1,5%. As pesquisas e os levantamentos demonstram que 50% do território do Cerrado brasileiro já foi desmatado, o que nos leva a crer que, a continuar essa tendência de desmatamento, em 40 ou 50 anos não teremos mais Cerrado no Brasil. Isso é um absurdo! Isso é um crime contra o futuro deste País e contra a Nação brasileira!

Não podemos admitir que o Cerrado brasileiro se transforme em carvão para alimentar de forma ilegal siderúrgicas, sobretudo no Estado de Minas Gerais. É muito importante essa decisão anunciada pelo Ministro do Meio Ambiente de que a partir de agora o Governo fará, por meio de satélites, o monitoramento do desmatamento do Cerrado brasileiro. Conseguiu-se uma mobilização nacional e até uma mobilização internacional em torno da defesa da Amazônia, mas nós ainda não conseguimos a mesma mobilização e sensibilização em torno da defesa do Cerrado. Temos de conseguir isso, porque precisamos demonstrar a todo este País que o Cerrado é um bioma que interessa não apenas aos moradores da Região Centro Oeste, mas também ao conjunto da população brasileira.

Avançamos em alguns aspectos, sobretudo ao criar recentemente a rede de pesquisas sobre o Cerrado, que vai permitir a ampliação do conhecimento desse bioma e das formas que nós temos de gerar renda e melhoria da qualidade de vida utilizando de forma sustentável esse bioma.

Quero dizer, Deputados Paulo Teixeira, Pedro Wilson, Domingos Dutra, Edson Duarte e todos companheiros e companheiras aqui presentes, que estamos falhando. Nós temos de reconhecer que estamos falhando. Temos de fazer uma reflexão, aproveitar esse encontro do povos do Cerrado, temos de mudar a tática da nossa ação política, temos de ampliar essa mobilização, porque é inadmissível que uma Proposta de Emenda à Constituição tão simples como essa esteja tramitando há quatorze anos no Parlamento brasileiro, e nós ainda não tenhamos conseguido aprová-la.

Preciso ser sincero com todos vocês, com todos nós, porque é a partir dessa constatação que temos de modificar a nossa tática

e ação política. Hoje, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, será mais fácil modificar a legislação florestal brasileira flexibilizando-a do que aprovar a PEC do Cerrado. Isso é muito grave! Nós precisamos nos mobilizar, conquistar as bancadas dos outros Estados. Nós precisamos conquistar a sociedade, conquistar a mídia, para que possamos reverter essa tendência. É inadmissível que, às vésperas de uma conferência internacional como a de Copenhagen, no momento em que assistimos quase todos os dias pela televisão ao acirramento dos fenômenos provocados pelo aquecimento global, pelas mudanças climáticas – está o exemplo de São Paulo nesta semana, está o exemplo de Santa Catarina nesta semana –, que nós ainda não tenhamos sensibilidade no Congresso Nacional para aprovar a PEC do Cerrado e da Caatinga.

Nós precisamos fazer essa reflexão porque nós precisamos engrossar esse caldo, nós precisamos radicalizar esse processo, nós precisamos conquistar a sociedade, nós precisamos ocupar este Congresso Nacional permanentemente, para que possamos colocar essa PEC em pauta, votá-la e aprová-la, a fim de construir uma outra agenda positiva em relação ao Cerrado.

Eu quero dizer que é muito ruim eu estar no meu terceiro ano de mandato nesta Casa, já comemoramos três vezes o Dia do Cerrado, e ainda não conseguimos aprovar a PEC do Cerrado. É muito importante aprová-la. Eu quero parabenizar todos vocês que estão aqui. Eu só estou lamentando que esta mobilização não tenha acontecido em uma quarta-feira, para que pudéssemos ocupar todos esses corredores, ocupar o Salão Verde, porque eu quero dizer a vocês uma coisa: este Congresso Nacional só funciona sob pressão.

Vemos que o movimento dos grupos organizados das corporações atuando aqui acabam tendo uma influência muito grande sobre os Parlamentares. E os interesses mais difusos, os interesses do conjunto da sociedade muitas vezes ficam sub-representados. Portanto, nós, a partir de hoje, temos uma missão ainda maior, que é duplicar, decuplicar, centuplicar essa mobilização, para que possamos ocupar o Congresso Nacional e para que, no ano que vem, ao comemorar o Dia do Cerrado,

nós tenhamos em pauta outra discussão que não a aprovação da PEC do Cerrado.

Um grande abraço e vamos à luta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Obrigado, Deputado Rodrigo Rollemberg, de Brasília, a Capital da Esperança, Capital do Cerrado, das águas emendadas, como Goiânia, como Cuiabá, como Campo Grande, como Palmas, capitais que estão em Estados onde está o Cerrado brasileiro, entre outros.

Eu tomei a decisão de ouvirmos todo mundo, principalmente o plenário. Antes de passar a palavra ao Deputado Paulo Teixeira, vamos reduzir o tempo para 10 minutos, a fim de dar mais tempo ao plenário para falar.

Quero convidar uma quilombola para sentar-se à Mesa, representando as mulheres, que não estão presentes na Mesa, e também os quilombolas que estão aqui.

Os senhores sabem que nós temos dois princípios na vida: o primeiro princípio é a água, o segundo, a mulher. Então, é fundamental para nós a participação da mulher na política brasileira. Seja bem-vinda.

Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira, de São Paulo.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA – Deputado Pedro Wilson, Deputados Domingos Dutra, Edson Duarte e Rodrigo Rollemberg, querida Faustina, em nome de quem cumprimento as entidades aqui os companheiros e as companheiras presentes, eu sou de São Paulo, mas tenho uma relação com a questão do Cerrado desde a minha infância.

Eu conheci o Cerrado porque o meu avô andou no Estado de Goiás na década de 30 e 40 e escreveu um livro chamado *Folclore Goiano*, em que recolheu os cantos, as histórias, os contos daquela época que informaram parte da cultura brasileira. Esse livro foi publicado pela Companhia Editora Nacional, já se esgotou duas ou três vezes e foi por meio dele que eu comecei a entender um pouco do Cerrado.

E depois, mais tarde, na minha juventude, eu li um livro que me marcou muito, chamado *Quarup*, do Antônio Callado. Há uma imagem no livro muito importante. Em determinado mo-

mento, o personagem principal, em um determinado lugar do Estado de Goiás ou de Mato Grosso, põe o ouvido na terra e começa a ouvir um batido, como se ali estivesse o coração da terra.

Talvez o Cerrado tenha esse significado para a sociedade brasileira. É ali que se produz água. Está ali o coração do País. Temos de cuidar com o maior carinho desse lugar do Brasil que tem um bioma que é muito rico, que tem tribos indígenas, que tem quilombos, que tem pequenos agricultores, que tem rios caudalosos, que tem minério, que tem muita riqueza.

Hoje, um discurso que eu chamaria de produtivista tenta tirar essa riqueza para colocar outro modelo econômico que, ao meu ver, pode existir no Brasil, deve existir no Brasil, mas deve coexistir com essas demais riquezas no Brasil e não deve substituí-las.

Esse discurso que se chama e inclusive se autodenomina setor produtivo é responsável por apenas 30% da economia brasileira. Setenta por cento da economia brasileira são formados pela agricultura familiar. Ela produz 70% dos alimentos que nós consumimos no Brasil. Esse setor é majoritariamente produtivo, o setor da economia, da agricultura familiar. Por isso o agronegócio está militando para terminar com a titulação das terras indígenas. Ele milita para terminar com o reconhecimento dos quilombos, milita para mudar o Código Florestal, que, ainda que precise de modificações, não pode aceitar essas modificações que eles fazem.

Por que preservar o bioma do Cerrado? Por que preservar o bioma amazônico? Porque ali há uma economia que é muito cara à sociedade mundial. Ali há uma economia de onde nós podemos extrair soluções para doenças graves da humanidade. Ali há princípios ativos com os quais nós podemos construir uma economia do conhecimento. E essa economia nós precisamos preservar. Esses valores nós precisamos preservar.

Nós temos uma economia que pode basear uma indústria farmacêutica, uma indústria química, uma indústria de cosméticos. Eu tenho lido nos jornais de Goiânia que muitas vezes eles apresentam soluções para o vitiligo e para a hipertensão. Inúmeras soluções estão nesse bioma. Portanto, nós temos que ter e garantir a coexistência dele com as demais culturas tradicionais e com essa

outra economia que é a economia do agronegócio. E a economia do agronegócio não pode se colocar como a economia dessa região do Brasil.

Por isso que nós queremos dizer que nós estamos do lado das terras dos quilombos, nós estamos do lado da demarcação das terras indígenas e queremos comemorar o que foi feito na Raposa Serra do Sol. Nós estamos do lado da preservação do Rio Araguaia, para que não haja ali usinas hidroelétricas. Nós estamos do lado daqueles que querem preservar o que há de bom no Código Florestal e querem ter cuidado com ele.

Por isso, nós estamos aqui e nós também temos, igual em Quarup e nas tribos indígenas, um cacique aqui, uma pessoa que está aqui de flecha e arco, segurando essa luta nesses anos desta legislatura. É uma pessoa que está aqui nos unindo, nos motivando, que está aqui trabalhando para que nós consigamos colocar o Cerrado como bioma na Constituição. Esse companheiro é o companheiro Pedro Wilson Guimarães. E eu quero, Deputado Pedro, apresentar uma sugestão a V.Exa.

O Deputado Rodrigo Rollemberg falou uma coisa importante aqui: essa Câmara funciona sob pressão. Nos últimos cinco meses, até quinze dias atrás, o que mais se via aqui eram os Vereadores que eram suplentes pedindo a correção das vagas na Constituição Brasileira. Eles postavam comentários em blog, na Internet, vinham e falavam com os Deputados, etc. Nós queremos ver vocês na Câmara. Queremos vê los aqui para terminarmos o ano com essa PEC aprovada.

Sugiro, Deputado Pedro Wilson, que façamos uma vigília pelo Cerrado. Vocês venham numa quarta de manhã, dividam-se, vão a cada gabinete, fiquem nos corredores, vão ao plenário, passem a noite aqui. Vamos mobilizar todo o mundo para passar a noite aqui em frente e acender vela a fim de dizer o seguinte: nós queremos agora a aprovação da PEC do Cerrado e a preservação desse bioma, não só para ajudar as pessoas que vivem ali e são os detentores tradicionais daquelas terras, como os quilombolas, as comunidades indígenas e os produtores da agricultura familiar, mas também para preservar a função que é reservada a esse

bioma em benefício do Brasil e do mundo. Queremos, portanto, que o Brasil o reconheça agora como patrimônio nacional.

É este o sentido da nossa fala: propor uma vigília e que, até o final do ano, estejamos aqui para exigir a aprovação da PEC do Cerrado.

Um abraço a vocês.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Obrigado, Deputado Paulo Teixeira, de São Paulo. V.Exa. tem trabalhado muito no Brasil em questões referentes a mudanças climáticas, à preservação de biomas, a uso dos recursos naturais brasileiros na luta por energia limpa. Repito: muito obrigado, Deputado Paulo Teixeira.

Dia 5 de setembro é o Dia da Amazônia; dia 11 de setembro é o Dia do Cerrado. Onze de setembro é data de dois eventos negativos: em 1973, quando muitos de vocês não tinham nascido, Pinochet assassinou o Presidente Allende no Chile; em 2001, ocorreu o atentado nas torres gêmeas de Nova Iorque. Entretanto, o Presidente Lula, a Ministra Marina Silva e o Ministro Carlos Minc definiram o dia também como uma data positiva, Dia Nacional do Cerrado, que deve ser lembrado não só em 11 de setembro. Todo dia deve ser dia do Cerrado, da Amazônia, da Caatinga, dos Pampas, do Pantanal, para que possamos ter vida neste planeta.

Com muita honra, passo a palavra ao próximo orador, o Deputado Edson Duarte, que tem sido uma figura importante para nós, nesta legislatura, na luta em defesa do bioma Cerrado, da Caatinga. S.Exa. nos ajudou muito na Comissão de Meio Ambiente e continua nos ajudando.

Registro a presença do Dr. Donizete José Tokarski, da Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação (Ecodata) e membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Com muita honra, registro também a presença da Sra. Solange, do Centro de Tecnologia Agroecológica de Pequenos Agricultores (Agrotec), de Diorama, Goiás, que está produzindo dezenas de remédios a partir de plantas medicinais do Cerrado, já em convênio

inclusive com várias Prefeituras da região oeste de Goiás. Lembro também a luta da Ecodata na direção do agroextrativismo.

Quero também fazer um alerta sobre uma questão que o Deputado Paulo Teixeira abordou. É importante não só aprovarmos a Lei do Cerrado e a Lei da Caatinga. Já houve mais ou menos vinte tentativas de fazer voltarem atrás nas demarcações de terras indígenas e de quilombolas por meio de decretos legislativos, que foram aprovados só na Câmara, porque o Presidente Lula disse que não vai mudar o que já está decretado. Então, eles estão querendo a toda hora fazer retrocederem as leis que demarcaram terras indígenas e de quilombolas. Um dos argumentos é antropológico: *“Será que são quilombolas mesmos? Será que os índios precisam de tanta terra?”* Lembro que essa terra era toda dos índios. Lembro a grande dívida social e de fundo humanitário que o Brasil tem com os afrodescendentes, que foram obrigados a vir para este País trabalhar e construir. Cidades como Ouro Preto, Pirenópolis, Vila Boa, Cidade de Goiás, Olinda só existem como patrimônio da humanidade porque muitos negros trabalharam e morreram na construção de igrejas, palácios, ruas e edificações de pedra. Sim, patrimônio da humanidade, mas, na hora de reconhecer o direito dos povos indígenas e dos quilombolas, as pessoas acham que a terra tem de ficar só a serviço do progresso material, esquecendo a riqueza da cultura e do espírito humano que paira sobre este Brasil do Cruzeiro do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Concedo a palavra ao Deputado Edson Duarte.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Deputado Pedro Wilson, cumprimento V.Exa. pela condução dos trabalhos; por sua atuação na discussão ambiental nesta Casa, na Comissão de Meio Ambiente; pela autoria da Proposta de Emenda à Constituição em debate. Tenho-me espelhado muito no seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Assim como no trabalho do Deputado Paulo Teixeira. V.Exas. são dois grandes combatentes, como também o é o Deputado Domingos Dutra, Parlamentar atuante em todos os momentos, em todas as mo-

bilizações. São Deputados com quem sempre contamos. Assim como o Deputado Rodrigo Rollemberg, meu companheiro no Colégio de Líderes. Sou Líder do Partido Verde; o Deputado Rodrigo Rollemberg é Líder do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Uma coisa impressionante é que, em todas as nossas reuniões, os Líderes apresentam sugestões de projetos para entrar na pauta da Câmara. E o Deputado Rodrigo está lá sempre defendendo a inclusão de projetos ambientais, a exemplo da PEC que corrige um grave erro cometido pela Nação brasileira, pelos Constituintes, quando, ao elaborarem a Constituição, incluíram quase todos os biomas nacionais, deixando de fora a Caatinga e o Cerrado.

Há muito tempo me pergunto o que teria motivado tal fato. Essa é uma pergunta que está até hoje sem resposta. Por que incluíram a Floresta Amazônica, o Pantanal, a Mata Atlântica, as zonas costeiras e não incluíram o Cerrado nem a Caatinga? Para mim só algo pode explicar: preconceito, desconhecimento, ignorância. E acho que isso continua a existir até hoje. Não se justifica, não há explicação para o fato de até hoje não ter sido incluído na pauta de votação da Casa um projeto como esse do Deputado Pedro Wilson, que há quatorze anos tramita na Câmara e está pronto para ser votado. Basta essa informação, Deputado Pedro Wilson, para demonstrar o quanto ainda reina neste País a ignorância em relação a esses dois biomas e à importância que esses dois biomas têm.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Permita-me, Deputado Edson Duarte. A Caatinga está sendo destruída pela segunda vez. A primeira, na época colonial; a segunda, agora.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – A Caatinga cobre um território de quase 1 milhão de quilômetros quadrados, maior do que muitas nações do mundo. Ali dentro 25 milhões de pessoas dependem diretamente da Caatinga. A pergunta que faço é: quais são as políticas públicas com o fim de preservar a Caatinga? Porque eu não as vejo. É muito pouco o que existe nos Governos Federal, Estaduais e Municipais. Os Governos Estaduais nem sequer estão articulados e unidos numa ação conjunta.

Estamos agora em discussão com o Ministério do Meio Ambiente. O Ministro Carlos Minc esteve aqui. S.Exa. tem feito esforço no sentido de incluir na pauta do Ministério do Meio

Ambiente a Caatinga e o Cerrado, porque aquele órgão durante muito tempo esteve com os olhos voltados para a Amazônia. Espero que a história seja escrita, a partir de agora, de maneira diferente. Mas ainda precisamos ver isso ocorrer.

O que tenho dito é que essa PEC precisa ser aprovada e urgentemente, mas não basta a aprovação dessa PEC. Nós precisamos de uma série de outras medidas que efetivamente preservem o que sobrou do Cerrado e da Caatinga.

Essa mobilização que os senhores estão fazendo aqui hoje, como outros Deputados já disseram, é importante. Fiquei feliz quando entrei aqui neste auditório e encontrei tanta gente. Fiquei muito feliz porque os eventos que temos assistido aqui, quando se trata de meio ambiente, geralmente são esvaziados, mas é bom saber quanta gente luta pelo Cerrado, porque sei quantas pessoas estão lutando pela Caatinga. Então, esta mobilização é fundamental neste momento, porque, por incrível que pareça, mesmo com toda a discussão ambiental que toma conta do mundo, às vésperas de Copenhague, nunca estivemos tão ameaçados na legislação ambiental como estamos neste momento. Estão tentando destruir e desmontar o Código Florestal e toda a legislação ambiental brasileira, a exemplo da lei que institui e regula a licença ambiental.

Nossa mobilização é para trazer outros companheiros e outros Deputados para este movimento e fazer com que o Governo Federal estabeleça de forma muito clara responsabilidades. Não se pode responsabilizar apenas o Ministério do Meio Ambiente e o Ministro Minc, que vem fazendo grande esforço. Política ambiental tem que ser política de todo o Governo, e não apenas de um setor. A partir do Governo Federal, é preciso que o Presidente Lula e a Casa Civil... Deputado Pedro Wilson, acho que nós, um grupo de Deputados, poderíamos ir à Ministra Dilma para que S.Exa., o Governo Federal, acione os Governadores para se estabelecer um pacto entre os Governos Estaduais e o Governo Federal em favor do Cerrado e da Caatinga. Isso é urgente. Precisamos fazer isso. Coloco-me à disposição dos senhores. Parabéns.

Quero finalizar com algo que assisti hoje neste evento. Imagino a emoção de vocês quando chegaram aqui, porque fico ten-

tando imaginar a história de cada um. Sei que alguns talvez não tenham nem nascido no Cerrado, mas dedicam suas vidas a ele com muita paixão. Imagine quando a sua paixão se encontra com a paixão de tantos outros que estão aqui neste recinto. É uma energia tão forte, tão contagiante para cada um de vocês, assim como para mim, que não há nada que pague. Eu espero que essa energia, que sei que reabastece cada um de vocês para continuar nessa luta por uma causa tão justa, possa contagiar aqueles que têm algum poder em algum canto deste País para ajudar nessa luta silenciosa que muitos de vocês travam, talvez há décadas, deixando muitas outras possibilidades de vida. Alguns deixaram talvez até suas profissões de origem para se dedicar à causa do Cerrado, a projetos dentro do Cerrado, nas comunidades que atuam dentro do Cerrado. Apesar de isso ser tão silencioso, apesar do silêncio de vocês, vocês não imaginam o barulho que isso causa na ação deste Parlamento, desta Instituição e espero que de todo o País.

Sinto isso com muita força, com muita energia, com muita emoção, porque meus pais nasceram e se criaram na Caatinga. Tenho origem no interior da Bahia, próximo ao Rio São Francisco, mas na Caatinga mesmo.

Quero agradecer a vocês por este momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Obrigado ao Deputado Edson Duarte, que associa campo, Cerrado, ertões, a Caatinga, o semiárido do Nordeste ao São Francisco, de um lado, todo irrigado por águas do Cerrado e, de outro lado, águas que vêm da Caatinga, a importância desse rio para as nossas vidas no Nordeste, no Brasil.

Gostaria de passar a palavra ao Deputado Domingos Dutra, que tem um compromisso no Ministério da Justiça. Gostaria de convidar para tomar assento à Mesa o Dr. Roberto Franco, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), representando o Ministério do Meio Ambiente.

Desejo falar da importância do Deputado Domingos Dutra, não do Maranhão, mas de todo o Brasil, na luta contra a violência no campo e na cidade, na luta pela ética na política, na luta

em defesa dos cerrados do Maranhão, que estão cada vez mais devastados. Queremos mais produção, maior produtividade, mas respeito à natureza do Maranhão, do Tocantins, de Goiás, de todo o Brasil.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Bom dia a todos.

Serei breve e já dou uma explicação. Aqui os Deputados falam e saem, mesmo hoje, sendo uma quinta-feira, quando a agenda é mais branda. Mas para quem quer trabalhar aqui na Câmara serviço não falta. Cada um de nós fala e sai porque vai participar de outra tarefa. Por exemplo, agora o Ministro da Justiça está me aguardando para discutirmos a situação dos presos, dos encarcerados neste Brasil, que é outro caos. O Deputado Paulo Teixeira está com um debate – também vou passar lá – sobre as drogas, principalmente sobre o *crack*, que invade as grandes e pequenas cidades, que destrói principalmente a juventude. Portanto, todos aqueles que estão saindo, feliz ou infelizmente, têm uma agenda muito ativa e importante.

Peço licença agora para saudar todos os presentes, na figura de Manoel da Conceição, esse batalhador, esse companheiro que há muitos anos luta em favor de um País melhor. Parabenizo o Deputado Pedro Wilson pela luta, pelo trabalho em favor dos direitos humanos e das causas voltadas para um País mais justo.

Demonstro uma preocupação. As questões ambientais estão na agenda da humanidade. Temos em nosso País um aparato jurídico muito bom, da Constituição às leis infraconstitucionais. Temos uma poderosa estrutura no aparelho de Estado, Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Secretarias Estaduais, Conselhos Municipais de Meio Ambiente. Apesar disso, a realidade é dramática, como foi dito aqui, e todos nós conhecemos. Os cupins destroem a Amazônia, destroem o Cerrado, já comeram a Mata Atlântica. Algo está errado, porque, se há uma estrutura de Estado enorme, se há uma legislação muito boa, o que está ocorrendo que não conseguimos frear o dano ambiental? Por que a reforma agrária não avança? Por que as reservas indígenas não são demarcadas e por que os índios vivem na penúria? Por que as terras remanescentes de quilom-

bos não são identificadas, tituladas, demarcadas e entregues às comunidades quilombolas?

Temos que fazer essas reflexões. Além das sugestões dadas, acho que o grande momento para tentarmos virar esse jogo é o ano de 2010, porque aqui foi dito – e é verdade – que nós somos minoria. A maioria aqui, Deputado Edson Duarte, é da bancada ruralista, que quer anular todas as áreas demarcadas de quilombos, quer anular todas as áreas remarcadas para os índios, quer impor um Código Florestal que permita a devastação. São os grandes grupos econômicos que infelizmente infestam e mandam no Congresso Nacional e nas estruturas de poder.

Nosso desafio é mudar esse jogo na eleição de 2010. É pelo voto, já que estamos construindo uma Nação democrática. Parece-me que o grande questionamento é combinarmos a luta social que cada um de nós faz com o voto, porque, durante o processo de luta social, matamos, morremos e sofremos. E, na época da eleição, quem se elege é a bancada ruralista, são os banqueiros, são os industriais. É preciso que combinemos a luta social do dia a dia com a grande luta democrática que é o período eleitoral. Porque há um descompasso, e ele não se refere apenas ao Congresso Nacional, na eleição de Presidente da República, mas é preciso eleger Governadores de Estado, Prefeitos, Vereadores e Vereadoras comprometidos com uma sociedade mais justa.

É uma vergonha, Deputado Pedro Wilson, que tenhamos um Congresso ainda dominado por uma minoria que, infelizmente, ditam as regras: Sarney, Raupp, Caiado e tantos outros que são verdadeiros cupins. Verdadeiros cupins que destroem as nossas vidas e as nossas esperanças.

Portanto, deixo a nossa saudação e os nossos parabéns ao Deputado Pedro Wilson.

Acho que é preciso formar comitês que tratem das questões ambientais que têm uma legislação boa e órgãos em todo canto. É preciso ter comitês, bons advogados para peticionar, denunciar, porque temos amparo, diferentemente das terras de quilombos, onde ainda há um vazio jurídico que permite uma discussão maior. Mas nas questões ambientais os problemas estão

mais claros, os danos estão acontecendo, a legislação é boa e a estrutura existe.

Portanto, força, vamos para a vitória com a certeza de que este Brasil não é de uma elite perversa e egoísta. Este Brasil é de 180 milhões de brasileiros!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Muito obrigado, Deputado Domingos Dutra.

Convido a Sra. Nazaré Soares, Coordenadora do Controle de Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, representante do Ministro Carlos Minc e também do Ministério, para tomar assento à mesa.

Saúdo a Carmen Regina, a Cecília, o Rômulo, o Mauro Pires e tantos funcionários do Ministério do Meio Ambiente que nos ajudaram a realizar esta audiência.

Solicito, mais uma vez, uma salva de palmas para as comunidades indígenas.

Quem é das comunidades quilombolas levante as mãos.

Representantes das ONGs de todo o Brasil, da Rede Cerrado.

Representantes das universidades, uma salva de palmas para os professores, pesquisadores e estudantes.

Comunidades das Igrejas Católicas, Evangélicas, Espíritas, uma salva de palmas para essas pessoas que têm mantido a luta em defesa do meio ambiente.

Uma salva de palmas para os estudantes que estão aprendendo para ensinar ao Brasil.

Professores.

Uma salva de palmas para os Vereadores.

Há prefeitos também aqui, como o Prefeito de Diorama, cidade de Goiás, onde está a Agrotec.

É importante envolvermos toda a comunidade. Trata-se de uma questão suprapartidária. Nós queremos o bem do Brasil. Na hora da eleição, nós disputamos, mas na hora de trabalhar, devemos fazê-lo pelo Cerrado, pela Caatinga, pela Amazônia, para que tenhamos uma vida digna, como está no Evangelho.

Nesse sentido, concedo a palavra ao Hiparidi Top’Tiro, Coordenador-Geral da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (Mopic)/Rede Cerrado.

Peço a todos os membros da Mesa que – com todo o respeito também aos Deputados – diminuam a participação para termos mais tempo para as manifestações da plenária. Já estão abertas as inscrições para todos que quiserem falar pelo tempo de 3 minutos.

O SR. HIPARIDI TOP’TIRO – Bom dia pessoal, parentes das comunidades tradicionais.

O tempo é curto. Nós das comunidades indígenas, a Rede Cerrado e eu, como representante indígena, temos lutado bastante. Por exemplo, uma das coisas que quero dizer aqui e queria que o Ministro Carlos Minc ouvisse e espero que seja levado a ele... Quero falar aqui, mas quero que seja bem entendido. Uma das coisas que estão chamando cada vez mais a atenção da gente é o movimento contra o desmatamento do Cerrado. Para parar o desmatamento do Cerrado, é preciso criar mais unidades de conservação, em vez de marcar as terras indígenas e de demarcar as terras das populações tradicionais.

Respeitamos quem faz movimento em prol da unidade de conservação sustentável. É diferente de unidade de conservação totalmente verde. Queria que o Governo Federal desse atenção a essa questão.

Outro ponto é que sabemos que o MMA está 95% amazônico. Parece ser o único bioma que está aí para ser protegido.

A proposta pela qual estamos lutando é que em tantas terras indígenas, que seja vinte quilômetros, não queremos como vizinhos os agronegócios. Nós não queremos! Queremos como vizinhos as comunidades tradicionais, os quilombolas, os raizeiros, entre outros. Esses nós queremos.

Alguns parentes têm provado que é melhor se aliar às comunidades tradicionais. Por exemplo, o Projeto do Fruta Sã, há muitos anos, vem batalhando, vem se aliando, do ponto de vista político e econômico. Mas isso não tem sido devido a outras coisas.

No Dia do Cerrado, quero chamar atenção – é um assunto sobre o qual vamos ter de conversar bastante – para a PEC do Cerrado, que espero vá adiante, que tenhamos força para levá-la até o fim.

Gostaria de dizer aqui que alguns povos indígenas do Cerrado, os tradicionais também, gostariam de perguntar quanto de terra foi demarcado tanto para nós como para as comunidades tradicionais. Se formos colocar os números não vamos encontrar quase nada. O agronegócio está muito forte no árido Cerrado. O agronegócio tem avançado, tem entrado nas áreas indígenas, tem seduzido muito os nossos parentes para poder arrendar, ter dinheiro.

A propaganda tem sido mais forte que a gente. Estamos aqui com esse movimento. Nós, do Cerrado, esperamos ter mais força para mais discussões políticas, para que façamos uma proposta que vá ao Governo Federal.

Não vou me estender muito devido ao tempo e os outros parentes precisam falar também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Uma salva de palmas para o Hiparidi Top’Tiro, Coordenador-Geral da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado, da Rede Cerrado.

Concedo a palavra por até 10 minutos – desculpem, mas peço brevidade – ao Paulo Fiúza, representante do Movimento Cerrado Vivo. Uma salva de palmas a ele e ao Movimento Cerrado Vivo, que tem sido uma constante na pressão.

Convido todos para a exposição Cerrado Vivo, na Imprensa Nacional, no Setor Gráfico de Brasília. Também no corredor da Casa há algumas fotografias. É importante mostramos a beleza do Cerrado.

Um das coisas que se fala muito sobre o Cerrado é que ele é feio. Vocês já ouviram essa expressão? Porque alguém não vê. Há pessoa que passa por um Ipê branco, no Eixão, em Brasília, e não o vê, porque não quer. Tem gente que prefere ver o trator.

O SR. DEPUTADO EDSON DUARTE – Pedro, eu disse que a Caatinga não é feia, as pessoas é que olham feio para a Caatinga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Isso, Deputado Edson Duarte.

Eu sei que é difícil. Quando o Deputado Paulo Teixeira pediu uma vigília, eu achei muito bonito um grupo de artistas vir do

Rio de Janeiro fazer uma vigília no Cerrado para salvar a Amazônia e, estando na região, não se lembrou do Cerrado.

Com a palavra o Paulo Fiúza.

O SR. PAULO FIÚZA – Bom dia a todos.

Gostaria de agradecer-lhes a oportunidade de estar aqui, uma oportunidade muito valiosa para o nosso grupo.

Nós somos do Movimento Cerrado Vivo, de Brasília. Temos uma militância toda quarta-feira aqui dentro, cumprindo o nosso papel de brasileiros. Nós moramos perto do Congresso e nada melhor do que aproveitar essa proximidade para cumprir o nosso papel e fazer o que, com certeza, todos vocês estariam fazendo se morassem aqui perto. Por isso, fico muito feliz de estar hoje com todos vocês.

Nós somos um único grupo, o Grupo do Cerrado, desde o Piauí, o Maranhão até o Paraná. Nós precisamos muito, muito mesmo do apoio de todos, porque nós somos de Brasília, e as pessoas que vão votar a PEC do Cerrado não são de Brasília. Fazemos pressão, nos poucos que são daqui, a favor da PEC do Cerrado. Nos outros Estados, não temos a menor influência, porque nós não votamos neles.

Então, cada um de vocês, no seu Estado, deveria se juntar aos grupos, às organizações, às escolas, ligar, mandar *e-mail*, visitar, ir às Prefeituras pressionar, para saberem que vocês estão de olho no que eles estão fazendo, porque eles se sentem livres para fazer o que querem. Os patrões deles não são vocês, são as pessoas que pagaram a campanha deles. Então, eles trabalham para esse grupo pequeno, para poucas pessoas.

Em Brasília, quando chega o pessoal de fora, principalmente o de Goiânia, que é muito atuante, é uma grande força que se soma à nossa, porque muitas pessoas, em Brasília, já estão um pouco desacreditadas com essa questão do Cerrado. Desde que começamos a atuar aqui dentro, falavam: *“Não, porque isso é muito difícil, porque a bancada ruralista é muito forte, porque a bancada ruralista é isto, é aquilo; eles são muito organizados”*. Então, por que não somos organizados? Por que não nos organizamos? Nós somos muito mais do que eles. Eles são poucos.

Acho que o que falta é isso: mobilização. Temos que parar de reclamar, de dizer: *“Ah, eles não fazem isso”*. Devemos começar

a nos juntar, a formar uma rede – já existe a Rede Cerrado. Cada um deve buscar fazer o seu papel na sua comunidade, no seu Município, na sua Prefeitura para conseguir somar essas forças, porque é uma luta em que entramos e não saímos mais. Vamos ficar aqui até ela ser aprovada.

É uma pena as pessoas que deveriam nos ouvir não estarem aqui. Acompanhamos todas as quartas feiras e vemos que existe uma falta de informação dos que vão votar a PEC do Cerrado. Pouquíssimos conhecem o valor que o Cerrado tem.

Então, o pessoal sempre diz: *“Ah, os ambientalistas. Lá estão os ambientalistas”*. Quem disse que sou ambientalista? Sou brasileiro, sou um profissional liberal, não faço parte de ONG nenhuma, não faço parte de nada. Estou aqui defendendo o nosso futuro, defendendo o que poucas pessoas conhecem. O papel que o Cerrado tem é muito além do ambiental. Não somos ambientalistas nem contra o progresso. Sem o Cerrado não existe progresso.

Então, vemos que a questão atual é o pré-sal. Todo mundo fala do pré-sal, que é o futuro do País. O pré-sal é um óleo podre que está a 11 mil metros debaixo da terra, que daqui a dez anos vão ter que tirar – se tirar! É uma economia do século passado, ultrapassada, pois todo mundo está querendo se livrar do petróleo. Enquanto isso, a nossa verdadeira riqueza – a água – está sendo dizimada na fonte, no Brasil. Que desenvolvimento é este?

Acho que a questão do Cerrado é muito mais dos ruralistas do que de qualquer outra pessoa, porque são eles que plantam. Como se planta num deserto? Então, essa informação é a que falta chegar a eles.

Existe um bloqueio. Não entendemos por que eles não querem ouvir. É bom separar o joio do trigo. Não é toda a bancada ruralista. Alguns membros dessa bancada são mais atuantes, falam mais alto. Tenho certeza de que os produtores de verdade, que amam a terra, não são contra o cerrado. Quem é contra é aquele cara que está no escritório, lá em São Paulo, no ar condicionado, não conhece e nunca pisou na terra e manda nesses poucos aqui dentro. Então, acho que o nosso papel agora é esse: parar com esse jogo de gato e rato. *“Ah, eu sou ambientalista”*.

“Não, você é ruralista”. Não existe bonzinho nem mauzinho nessa história. Existe falta de informação, uma agricultura e uma pecuária do futuro. Como todos falaram aqui, pode-se triplicar a produção sem devastar uma árvore.

Portanto, deve-se chamar essas pessoas que estão bloqueando essa PEC, que sabemos quais são. Temos a lista dos Deputados que nos apoiam e daqueles que nem querem falar conosco. Vamos divulgar muito essa lista, e tomara que as urnas lhes respondam. Acho que essa é a nossa maior esperança: que eles não voltem mais para cá. É preciso fazer uma faxina aqui dentro.

Como disse, muitos votam contra, porque desconhecem o assunto. Então, acho que esse é o nosso papel, é o lema do nosso grupo: o maior inimigo do Cerrado é a falta de informação.

Por isso vim aqui para ouvir todos. Vou participar do encontro. Quero ouvir tudo o que vocês têm a ensinar a nós, tribo atrasada, de Brasília, que não sabe cuidar do Cerrado nem do meio ambiente.

Não vou nem falar dos problemas de Brasília porque estou aqui como brasileiro, mas a periferia de Brasília está cheia de pessoas que não queriam estar lá. Estão lá hoje porque foram expulsos das suas terras, do sul de Goiás, do norte de Minas, do oeste baiano, porque simplesmente a água secou. Eles não vão plantar na terra seca. Então, têm que vir para cá. Eles não queriam vir; queriam voltar.

Então, acho que o papel do Governo é fazer a pessoa que está na terra viver bem. Essa é a nossa missão aqui. Contamos muito com todos vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Obrigado, Paulo.

Registro a presença do Deputado Roberto Rocha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, a quem passo a palavra e peço ao Deputado Edson Duarte para assumir esta presidência.

Registro também uma carta aberta da Comunidade Kalunga, de Cavalcante: *“Terra, Justiça, sobrevivência e a luta do povo*

kalunga, o maior quilombola do Brasil, que está aguardando também para ser demarcado”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Duarte) – Vou passar a palavra ao nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara, Deputado Roberto Rocha.

O SR. DEPUTADO ROBERTO ROCHA – Bom dia a todos e a todas.

Venho registrar o nosso apoio a essa proposição. Essa não é a primeira audiência pública realizada. Espero que seja a última para que possamos efetivamente colocar em votação esse importante projeto.

Reconhecemos seis biomas no Brasil, que é o maior patrimônio natural do mundo. O maior laboratório genético está aqui, conosco. Dos seis, três já têm a cobertura constitucional, o manto constitucional, reconhecido pela nossa Constituição Federal. Faltam, portanto, o Cerrado, a Caatinga e os Pampas.

Vejo o esforço do Deputado Pedro Wilson. Desde 1995, tramita nesta Casa esse projeto, essa tentativa de fazer constitucionalizar um dos principais biomas brasileiros: o Cerrado.

O Cerrado abriga as principais nascentes das principais bacias hidrográficas do País. Aqui nós temos a Bacia do Amazonas, do Tocantins, do São Francisco e do Rio Prata e sabemos a importância delas.

A água não é um bem estanque. Ela perpassa fronteiras. Entra no subsolo e vai formando aquíferos, como o Aquífero Guarani, um dos mais importantes do mundo. Essa consciência que boa parte dos Parlamentares têm, no Congresso, precisa ser levada a todos.

Lembro-me da última audiência pública que realizamos – seguramente, muitos daqui estavam presentes naquele encontro. Nós saímos da audiência pública, daquela reunião e, quando iam me entregar um abaixo-assinado com inúmeras assinaturas, tomamos a iniciativa de suspender a sessão da audiência pública e fomos todos, numa fila só, até o Presidente da Câmara para poder entregar, junto com o Ministro e vários Deputados Federais, aquela iniciativa popular.

Hoje temos o desafio de fazer votar. Ontem votamos uma proposta de emenda à Constituição, uma PEC. Claro que para votarmos uma emenda constitucional precisamos encontrar um ambiente mais apropriado. Por exemplo, não poderíamos votar numa quinta-feira, como hoje, nem numa sexta-feira ou segunda-feira. O dia correto para se votar uma PEC é uma quarta-feira, que é o dia que temos o maior número possível de Parlamentares na Casa, porque precisamos de um número mínimo de 308 votos a favor. É um quorum qualificado.

Sou do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), registro a sensibilidade do nosso partido com a causa, sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, indicado pelo meu partido, e particularmente sou muito sensível a essa questão.

Venho aqui, em poucas palavras, revelar nossa compreensão e o nosso apoio à aprovação da PEC que dá ao Cerrado o mesmo direito constitucional dado ao bioma amazônico, ao Pantanal e à Mata Atlântica.

O nosso desejo, a nossa vontade e certamente a da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Câmara Federal é aprovar essa PEC.

Muito obrigado a todos.

Até a próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Duarte) – Muito obrigado, Deputado Roberto Rocha.

Registro que o Deputado Roberto Rocha tem sido um grande colaborador nas discussões e nos encaminhamentos. Tem estado presente inclusive nos eventos extraordinários da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o que tem nos ajudado muito. A cada dia estamos conquistando mais pessoas.

Este evento de hoje é histórico. Muitos movimentos já ocorreram, mas nada com a intensidade do que estamos assistindo nos últimos dias e com a quantidade de pessoas que estão sendo mobilizadas.

Como disse o Paulo Fiúza, nosso grande problema ainda é a ignorância. Ela é tão forte, que há pouco tempo, num debate

sobre o Cerrado, nesta Câmara, um Parlamentar se indignou e disse: *“Não entendo a razão para tanto debate sobre a implantação deste projeto, porque aquela região eu conheço e lá só tem Cerrado”*. Como quem diz: não tem nada.

Tenho a honra de passar a palavra a esta pessoa que conhecia de nome e que representa a luta dos trabalhadores, o Sr. Manoel da Conceição, que dispõe de 10 minutos para fazer a sua apresentação.

O SR. MANOEL DA CONCEIÇÃO – Em nome dos Deputados, dos companheiros que aqui estão, Sr. Braulino Santos, a companheira que representa a nossa história quilombola, quero saudar de alma e coração a todos os presentes nesta plenária. Estou achando esta reunião tão bela quanto o Cerrado nos meses de agosto a outubro. O Cerrado fica florado com cores brancas, vermelhas, amarelas, verdes, azuis, enfim, todas as cores que temos nesta reunião plenária. Quem dirá que, neste mês, esta plenária não está representando o Cerrado! Estou vendo o cerrado em cada pessoa que está aqui neste momento. Aqui está o Cerrado que amamos.

Companheiros e companheiras, tenho orgulho de ter nascido no Cerrado maranhense. Há 56 anos luto para defender esse bioma e também o bioma amazônico, no Maranhão. Temos o Cerrado e temos uma parte do Maranhão: a Amazônia Legal. Por causa dessa insistência, de tanto defender essas duas lindas florestas, passei a ser perseguido por aqueles que são contra a beleza e a riqueza que possuímos.

Fui preso nove vezes e fui expulso do Brasil sem poder voltar aqui por quatro anos. Estou aqui novamente, muito honrado por estar nesta plenária, discutindo os problemas relacionados ao Cerrado, que para todos nós é beleza e riqueza. Riqueza não é só dinheiro. Riqueza é a fartura que temos, de seres humanos, animais e florestas. São belezas que não temos como pagar, não podemos transformá-las em simples mercadorias trocadas por dinheiro. O Cerrado é a beleza e a riqueza que temos. Isso não pode continuar.

Sinto-me orgulhoso porque encontramos nessa beleza várias nações indígenas. Desde que o Brasil foi invadido por Portugal, perde-se vidas por conta da defesa da Amazônia.

Sugerimos homenagear os heróis que sempre defenderam o País – e muitos perderam até a vida. Como vamos fazer isso? Pergunto aos companheiros Deputados Estaduais, Deputados Federais, Senadores, como vamos fazer para prestigiar e homenagear os companheiros que historicamente veem defendendo a nossa floresta, a nossa terra, a nossa beleza, a nossa riqueza.

Sinto-me emocionado quando lembro de nomes de companheiros nossos que perderam a vida defendendo o território brasileiro. Nomes como Zumbi de Palmares, Antonio Conselheiro, Margarida Maria Alves, companheira de luta, que há poucos anos perdeu a vida defendendo a liberdade e o direito.

Gostaria que o Governo brasileiro, os Deputados Federais, os Senadores, os Governadores, os Prefeitos, as Câmaras Municipais, um por um, tomasse uma decisão de uma vez por todas: reconhecer o Cerrado como bioma, que tem valor e riqueza. Nós, índios, quilombolas e negros, não podemos nem imaginar em conquistar o Cerrado se não estivermos empoderados coletivamente para exercer o que temos direito, ou seja, a nossa consciência de seres humanos, brasileiros, que dependemos do Cerrado, o conhecimento científico e tecnológico que temos de adquirir para trabalhar melhor. Eu gostaria que o Governo brasileiro investisse no empoderamento de que precisamos para defender o Cerrado e a Amazônia. Sermos defendidos somente pelos Deputados já é alguma coisa, mas não é suficiente para lutar por uma área como essa, que amamos e onde vivemos.

Nós vamos trabalhar nessas terras, no Cerrado, não só explorando, mas também zelando pelo que ele possui: rios, brejos, frutas, buritizais, açazais, tudo o mais que tem aí, e nossos animais, todas as coisas que são as nossas riquezas.

Não vou acrescentar muito porque já passou o meu horário.

O SR. DEPUTADO PEDRO WILSON – Peço permissão ao Presidente para interromper o Manoel da Conceição. Trata-se de uma figura lendária na luta pela terra no Brasil, na luta contra a ditadura, na qual até perdeu a perna. Eu era estudante, militava em São Paulo e um amigo comum me disse: *“Olha, este é um grande amigo na luta contra a ditadura, na luta pela terra no Pernambuco, no Maranhão, em Goiás, em Tocantins, em todo lugar”*. Há hora que não

temos memória dessas pessoas. Ele não se tornou, depois da ditadura, Senador, Deputado, embora tenha sido candidato. Às vezes elegemos outros e não aqueles que deveriam ser.

Eu queria dar este testemunho, com todo o respeito aos demais que aqui estão, em favor dessa figura que se chama Manoel da Conceição. Um homem da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, das federações, dos movimentos de luta pela terra, pelos direitos humanos.

Faço esse depoimento ao lado do meu amigo Osvaldo Rocha, amigo dele também, baixinho como ele – eu também não sou muito alto. Gosto de ficar perto dos mais baixinhos para parecer alto.

Então, quero dar esse testemunho porque, muitas vezes, nós não nos lembramos daqueles que lutaram, como Padre Josimo, Irmã Dorothy, Nativo da Natividade, Sebastião Rosa da Paz, Vanderlei Castro, pelo meio ambiente em Goiás e no Brasil, pelos índios, pelas mulheres, pelos homens, pelos trabalhadores. É preciso lembrar, mesmo que às vezes algumas pessoas perguntem por que ficar lembrando dessas pessoas. É porque são verdadeiros mártires, que nos ajudam a estar na luta até hoje. Alguns me perguntam: *“Por que você não larga esse negócio de Cerrado? Isso não dá voto, não dá nada”*. Mas isso é que dá sentido à vida. Mandato de Deputado só tem sentido se se estiver lutando.

Por isso, quero agradecer, de público, por uma cartinha, um bilhete que recebi da Irmã Zélia, das Missionárias de Jesus Crucificado, grupo que tem trabalhado na promoção humana.

Por isso, Manoel da Conceição, fico feliz de estar sentado ao seu lado, porque você é um verdadeiro herói da história de Zumbi, de Conselheiro e de tantos outros Manoéis da Conceição que existem pelo Brasil, que às vezes não conhecemos porque a mídia só trabalha pelos grandões, não se interessa pelos pequenos – e não só na luta regional.

Por isso, gostaria de dar-lhes esse testemunho e pedir-lhes uma salva de palmas para Manoel da Conceição.

O SR. MANOEL DA CONCEIÇÃO – Querida, companheiros, para encerrar, dizer a todas e a todos os presentes que tenho a

alegria, o prazer de alguns desses companheiros, vários deles e delas, que perderam a vida defendendo o nosso direito de ter a terra para trabalhar e produzir. Queremos ter saúde, condição moral e física para defender o que entendemos ser a nossa maior riqueza: a nossa vida, a nossa região, o nosso Estado, o nosso País.

Gostaria que todos nós saíssemos daqui com um compromisso maior que o que já temos: de batalharmos dia e noite para ver nosso Cerrado reconhecido como bioma, para ser respeitado e não para ser destruído, como está sendo. Estão destruindo todas as nossas riquezas: nossas águas, nossos animais, tudo o que está aí. São todas coisas nossas, que nós não compramos, mas aquele que fez o planeta criou e nós temos o dever de defendê-las.

Saúdo todos e todas com um abraço e um beijo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Duarte) – Muito obrigado ao Sr. Manoel da Conceição pelas palavras.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, Sr. Braulino Caetano, faço registro de entidades presentes, segundo lista que tenho em mão: Pastoral da Juventude Rural de Miracema-TO; Associação Tamboril, Porteirinha-MG; Frutos do Cerrado, Cáceres MT; Grupo Aruaná; Retalhos de Fulô, Diamantina-MG; Mulheres Guerreiras, do Assentamento Catira, de Cáceres-MT; Federação interestadual dos Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão (Fitert), Candangolândia-DF; Associação de Abóboras, Montes Claros-MG; Povos do Cerrado, São Desidério, Uni-turmalina, Câmara Municipal de Poconé-MT; Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Poconé Ltda. (Comrup), Poconé-MT; Associação Aquinofruto, Ananás-TO; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), Esperantina TO; Sabores do Bico (Sabico), Esperantina-TO; Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale do Corda (ATRVC), Wanderlândia-TO; Alternativas para a Pequena Agricultura (APA) -TO; Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Buriti-TO; Cáritas, Paracatu-MG; Federação de Assistência Social e Educacional (Fase), Cáceres-MT; Associação Casa de Ervas Barranco da Esperança e Vida (Acebev), Porteirinha-MG; Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica

(CAV), Turmalina-MG; Amigos do Cerrado, Cáceres-MT; Amigos da Fronteira, Cáceres-MT; Associação dos Apicultores de Bela Vista (Aapisbel)-MS; Rede de Economia Solidária, Dourados-MS; Instituto Grande Sertão, Montes Claros-MG; Agência de Desenvolvimento da Bahia; Pastoral da Criança de Montes Claros; Projeto Palativo, Assentamento Real, Colinas; Veredas Vivas, São Desidério-BA; Associação Quilombola Gorutuba, Minas Gerais; Arca, Associação da Chapada do Norte, Minas Gerais; Associação dos Pequenos Produtores de Olhos D'Água, BR 135, Montes Claros-MG; Associação de Mulheres de Catuti; Centro Patativa, Colinas-TO; Grupo Indígena Xanaba, São José das Missões; Associação Capim Dourado, Mumbuca-TO; Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (Comsaúde), Porto Nacional-TO; Flor Ipê, Cáceres; Rede Cerrado, Uberlândia-MG; Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, Montes Claros; Associação ACP, Mateiros-TO; Cooperativa Trabalho Prestação Serviço Assistência Técnica (Coopter), Palmas-TO; ASSOCIAÇÃO DE Promoção e Incentivo ao Grupo de Produção Alternativa (Ascopi), Minas Gerais; Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), Campos, Cáceres; Associação de Promoção do Lavrador e Assistência ao Menor (Aplam), Turmalina; Grupo das Margaridas Agricultoras de Mirassol d'Oeste; Rede de Economia Solidária de Dourados; Associação Praconi; Fazenda Grama, Município de Goiás.

Essas são algumas das entidades representadas nesta audiência. Peço uma salva de palmas a todos os presentes.

Passo imediatamente a palavra ao Sr. Braulino Caetano dos Santos, pela Rede Cerrado.

O SR. BRAULINO CAETANO DOS SANTOS – Bom dia, companheiros e companheiras!

Acho que a companheirada já falou quase tudo que a gente tinha que falar. E acabamos falando para nós mesmos, isso sempre acontece. O pessoal, os Deputados, o Ministro, todos chegam, falam um bocado e vão embora. Acabamos falando para nós mesmos. Nós estamos cansados de ver isto, não é?

Quero, em nome da Rede Cerrado e em nome da Comissão de Populações Tradicionais que estamos reunidos, convidar todos,

que pelo menos todos os biomas estejam conosco nessa feira. Eles estão terminando uma reunião no Ministério do Meio Ambiente e eles vão estar conosco. Fazemos parte da Comissão de Populações Tradicionais, nós da Rede Cerrado. Amanhã nós vamos fazer uma mesa redonda, para conversar. Os representantes do bioma Cerrado poderão conversar com os outros biomas.

Eu gostaria de dizer também que, na verdade, a gente vem discutindo e a gente considera muito importante o que o companheiro Sr. Manoel da Conceição falou aqui, mas ao mesmo tempo a gente se sente indignado também, porque desde a Eco 92 nós vimos discutindo essa questão do Cerrado. Essa PEC já está caducando! Essa nem presta mais! Temos que arranjar outra, porque essa já apodreceu lá.

Na verdade, a gente não deu nenhum passo, essa Comissão de Populações Tradicionais, no nosso Governo, da nossa confiança. Foi bom que vocês se conheceram. A gente conseguiu unificar essa luta pelos biomas. O pessoal da Amazônia não conhecia o Cerrado, os Pampas, os ciganos, o povo do terreiro. Hoje a gente tem uma compreensão de que todos lutam pela vida.

Falo, também em nome do Centro de Agricultura Alternativa (CAA), em que a gente trabalha em com cinco povos no norte de Minas Gerais: o geraizeiro, o catingueiro, o vazanteiro, o indígena e o quilombola. Somos parceiros, porque o CAA não trabalha para ninguém: a gente tem uma parceria de trabalho, estamos juntos, um aprendendo com o outro. Quero, em nome desse pessoal, cumprimentar o Plenário e fazer essas colocações.

Ouvi a companheirada falando. Hoje a gente tem esse Encontro e Feiras dos Povos do Cerrado, que é muito importante, porque através dele a gente teve vários avanços. Mas no que é importante para o nosso povo não tivemos um avanço ainda: a demarcação de território das nossas comunidades, dos nossos povos, não saiu do papel. Infelizmente há um entrave lá.

Eu acho muito importante ocorrer tudo o que está ocorrendo. O Governo tem projetos, e isso é importante, mas nós não vivemos sem a terra. Nosso caboclo sabe viver da terra. Isso é importante, e a terra nós não temos – no bioma Cerrado, pelo menos.

A questão da monocultura está espremendo todo o nosso povo que vive lá. A gente luta, mas as grandes empresas, as das monoculturas pelo menos, elas fazem os políticos. Foi falado muitas vezes aqui que a metade dos nossos políticos locais são produzidos pelas empresas. E se eles são produzidos pelas empresas, eles têm de pagar a elas com o quê? Explorando o nosso povo, encurralando o nosso povo; e o que é importante, pelo menos, que é o nosso território.

Os vazanteiros foram expulsos da terra e estão lá, na beirada do rio. Da beirada do rio, a legislação ambiental está querendo expulsar eles. Agora eles vão para onde? Para as periferias. Isso é o que vai acontecer, porque não tem outro lugar para eles irem, porque não têm mais terra. Eles saíram de cima e agora vão para lá, os companheiros vazanteiros do Rio São Francisco. Muitos conhecem como ribeirinhos, mas lá, para nós, o povo que mora na beira do rio são vazanteiros.

Há outro detalhe: eu acho que, se a gente não se mobilizar para essa questão da votação do Código Florestal... Do jeito que ele está, está ruim, não está? Como é que ele vai mudar? Nós vamos perder a votação! Sinceramente, eu duvido, duvido que não vamos perdemos a votação lá, eu duvido!

Eu duvido, se ele for votado agora, se a bancada ruralista não consegue virar a mesa lá! É importante deixar do jeito que está. É muito mais importante deixá-lo do jeito que está do que mudar o Código para pior.

Eu acho que, na verdade, a gente tem de se organizar. Nós não temos que ter medo de lutar pelos nossos direitos. Há dois ou três anos nós íamos colocar aqui em Brasília a marcha dos 100 mil geraizeiros. Nós não conseguimos fazer isso. Eu acho que é importante pelo menos nos mobilizarmos.

Eu lembro que, em 1988, na sistematização da Constituição Federal, a gente conseguia botar muitos trabalhadores aqui. Entrávamos no Salão Verde e trocávamos porrada com a União Democrática Ruralista (UDR). Na época em que o Ronaldo Caiado era Presidente da UDR, foram várias brigas. Hoje, você não consegue. O Governo patrocina, é bonitinho. Você chega, dorme no

hotel, fica beleza pura, mas sai do mesmo jeitinho: você volta na miséria, do mesmo jeito, para lá.

Na verdade, nossos companheiros geraizeiros, eu faço um apelo para nós, pelo menos: chega, não dá mais! Falam que o Cerrado tem 30%. Isso não é verdade! Se não forem essas áreas de preservação, no máximo ele tem 1%! Você vai ao Mato Grosso, a São Paulo... Em São Paulo, quem sabe o que é Cerrado? Onde há Cerrado em São Paulo? Não há mais Cerrado em São Paulo!

Companheirada, eu acho que a verdade é esta: nós vamos lutar, pelo menos, ocupar o que for preciso, não na bagunça. Se formos lá quebrar, estaremos quebrando o que é nosso, porque isso não é deles, é nosso, é o nosso dinheiro!

Vamos chegar lá e ocupar pacificamente, mostrar a nossa força. Se a gente não criar uma moratória do Cerrado, urgentemente, daqui a cinco anos o nosso povo vai morrer, porque Cerrado é vida.

Acho que eles não têm conhecimento. Uns falam que catorze Estados fazem parte do bioma Cerrado. Eu acho que o Cerrado faz parte com todos os Estados brasileiros. Todos têm uma pontinha de Cerrado. E uns falam que 70% das águas do Brasil são do Cerrado. Outros falam que toda a água brasileira nasce no Cerrado, que é uma caixa d'água que nós temos. Então, o Cerrado é vida, companheiros!

Estou querendo dizer para vocês que, se nós não nos mobilizarmos para pressionar, vai vencer o Governo que nós elegemos e nós não demos um passo à frente ainda. Demos passos em várias coisas, mas eu não quero falar das outras coisas. Estou falando do nosso território, das nossas reservas, das nossas áreas de manejo sustentável, dos extrativistas do Cerrado.

O extrativista do Cerrado não é reconhecido. Os de outros biomas que quiserem conhecer o bioma Cerrado vão perceber que ele é rico. A biodiversidade do Cerrado é rica, igual à de qualquer outro bioma.

E há outra coisa: o geraizeiro, ele é valente e resistente, e o Cerrado também. No semiárido brasileiro, que vai virando, nós passamos oito meses de seca. Quando chega a época da primavera – foi falado aqui pelo Sr. Manuel que o pessoal aqui parece a cara do Cerrado com muita flor, gente branca e gente de toda

cor –, também fica bonito assim no Cerrado, pela biodiversidade que nós temos. O fruto do Cerrado vai dar do mesmo jeitinho como se estivesse chovendo todos os dias, como nos outros biomas. Ele é rico do mesmo jeito: o pequi, o panã, a mangaba. É uma riqueza que temos, a riqueza do Cerrado.

E ele é muito mais forte porque, além disso, hoje nós temos só naquela região do norte de Minas mais de quinhentos afluentes do São Francisco, que já secou por causa da monocultura.

Companheirada, não vou prolongar muito, porque temos muita gente para falar. Fico emocionado com o que dizem vários companheiros, como o Sr. Manuel. Como o Eloy Ferreira, há uma variedade de companheiros que perderam a vida em defesa do Cerrado.

Eu gostaria muito de agradecer a oportunidade desta participação. Desculpem-me ter colocado isso, vocês não merecem, pois estão conosco, mas eu queria falar com o Ministro, pelo menos, que se recusou várias vezes a falar com o povo do Cerrado. A Ministra Marina, quando estava no Ministério, falou conosco várias vezes. Estava no nosso meio, inclusive em Goiânia. O Minc tem fugido de nós. Nesse encontro, foi a maior dificuldade para falar conosco. Eu queria que ele estivesse aqui para que eu pudesse falar com ele. Eu não estou falando mentira. Não tenho rabo preso com ninguém, falo a verdade em qualquer lugar.

Se estiver presente algum porta-voz dele, que lhe dê o recado. Ele está fugindo do Cerrado!

Desculpem-me, mas alguém falou que mais ou menos 80% são da Amazônia e 20% do Cerrado. Acho que há mais!

Muito obrigado.

Abraço a todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Duarte) – Agradeço a participação ao Braulino.

Convido para usar a palavra o Deputado Federal Fernando Ferro, do Partido dos Trabalhadores (PT) de Pernambuco. S.Exa. é membro da Comissão de Legislação Participativa e tem atuado muito na questão ambiental, especialmente no que diz respeito às energias. Vou convidar S.Exa. a trazer essa mensagem.

Vou repassar os trabalhos ao comandante maior, o Deputado Pedro Wilson, antes solicitando à Casa que a gravação que está sendo feita pela *TV Câmara* seja editada e reproduzida, a fim de que possamos enviar o material a todas entidades e Parlamentares que não puderam estar presentes, para que tenham a oportunidade de sentir um pouco a emoção deste evento.

O Sr. Paulo Fiúza vai dar um recado importante.

O SR. PAULO FIÚZA – Pessoal, falei há pouco que vou precisar da ajuda de vocês. Nós de Brasília vamos precisar muito de vocês. Não vamos deixá-los sair sem um ato que, na nossa opinião, vale mais do que mil palavras. É uma imagem, precisamos da imagem desse encontro. É um recado coletivo de todos, que será dado amanhã, no gramado em frente ao Congresso. No alto do prédio estarão fotógrafos, alguns da Casa e outros profissionais, que farão circular na imprensa uma foto. Essa imagem vai circular na Internet, em todo o País, com um recado.

Peço, convoco todos, por favor, a se juntarem a nós, no gramado em frente ao Congresso, para formar com os nossos corpos a escrita: “SOS Cerrado”. Serão necessárias, pelo menos, trezentas ou quatrocentas pessoas. Após o Grito do Cerrado e a Entrega das Toras, convoco todos a se juntarem a nós no gramado, amanhã.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Obrigado. É a mobilização!

Com a palavra o Deputado Fernando Ferro, lutador em defesa da Caatinga e do desenvolvimento sustentável do Brasil.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO – Bom dia aos companheiros da Mesa e a todos os demais presentes.

Quero dar um abraço no amigo Manoel da Conceição, que conheço de algum tempo atrás, pois estivemos em algumas lutas, em algumas caminhadas comuns.

Para mim é motivo de orgulho estar com você e vê-lo sempre atuante e participante nessa luta, um brasileiro que entende o seu papel, um filho do povo, um lutador, um guerreiro que nos ajudou muito na construção do PT e na organização dos trabalhadores no Estado do Pernambuco, logo que veio

do exílio. Para nós, Manoel, você é uma referência política, de ética e de luta!

Fico muito feliz por estar aqui com vocês! Sou filho do semiárido, da transição para a Caatinga.

O meu companheiro estava falando do Cerrado, da importância desses biomas. O semiárido brasileiro tem a característica, primeiro, de ser o semiárido mais habitado do mundo. Existem particularidades próprias de um bioma rico. Quem não conhece a Caatinga se assusta no tempo da seca; quando chega o tempo da chuva, pensa que está em outro planeta. Um presidente deste País um dia chegou à Caatinga e disse: *“Isso aqui parece a superfície lunar.”* Foi o nosso sociólogo Fernando Henrique, que não conhecia a Caatinga, um bioma que faz parte da formação deste País, inclusive da formação política e cultural, porque lá surgiram vários movimentos, como o Movimento de Canudos, que foi uma manifestação surgida do povo, uma mobilização que expressa a construção da alma nacional.

O companheiro Pedro Wilson e outros Parlamentares, como o Deputado Edson Duarte, fazem parte de um grupo de Parlamentares que trabalham para esse reconhecimento. A Caatinga é uma espécie de primo pobre do bioma. Às vezes somos esquecidos, não somos tratados com a devida importância biológica, ecológica, ambiental e cultural na formação desta Nação. Na Caatinga estão presentes imensas potencialidades em termos de medicação, de fitoterapia. Tudo é feito com o conhecimento milenar das populações das etnias indígenas, dos negros, dos quilombolas que estiveram em Palmares e se agregaram em uma parte do semiárido, construindo habitações e a civilização de que hoje somos resultantes.

Portanto, é muito prazeroso ver tantos jovens comprometidos com essa luta. Essa é uma luta que diz respeito ao nosso mais profundo sentimento de País, de Nação, de alma e de povo. E povo que não tem raiz, que não tem alma, não existe! Nós temos raiz e precisamos valorizar essa raiz, que está exatamente na manifestação de que vocês estavam tratando.

Os nossos biomas estão ameaçados. A Caatinga sofre um processo de devastação brutal pela queima. Ela é usada como ener-

gético, para queimar, para produzir carvão, para calcinar o gesso, como acontece no sertão da Araripe, em Pernambuco.

E a Caatinga tem a característica de ser uma das vegetações de mais rápida recuperação. A caatingueira, com cinco ou sete anos, praticamente retoma o tamanho, o que é um milagre da natureza, mas podemos perder isso se não houver essa mobilização.

Essa PEC, esse movimento, é exatamente para fazer com que as autoridades do País reconheçam essa importância, não apenas olhando-a como algo folclórico, como um cartão postal, mas como algo essencial para alma e para a vida do País.

Estamos vivendo um duro momento de mudanças climáticas e sabemos que isso vai atingir mais rapidamente os biomas da Caatinga e do Cerrado. A nossa situação será ainda mais agravada com as mudanças climáticas. Portanto, esta nossa luta em defesa da Caatinga e do Cerrado é uma luta planetária em defesa do direito à vida, das condições de vida e defesa dos nossos biomas.

Parabéns para vocês!

Temos que gritar muito e nos mobilizar para que os ouvidos da Nação não fiquem moucos, nos escutem e tratem da importância econômica, cultural, política, ecológica e histórica dos biomas do Cerrado e da Caatinga.

Um grande abraço!

Parabéns pela caminhada e pela luta!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Agradeço ao Deputado Fernando Ferro a contribuição.

Passaremos a palavra à Sra. Faustina Soares, da Associação Quilombola do Gorutuba. Logo após, vamos homenagear uma grande amiga do Cerrado e da natureza do Brasil, a Professora Jeanine Maria Felfili Fagg, da Universidade de Brasília.

Convido os Professores Carmen Regina Correia e José Roberto Rodrigues, da Universidade de Brasília, a qual tem contribuído muito com os estudos e pesquisas sobre o Cerrado.

Peço uma salva de palmas para os professores da Universidade de Brasília e também para professores de outras universidades, como a Universidade Federal de Goiás, a Universidade Estadual, a Universidade Católica, a Universidade do Mato Grosso do Sul,

da Grande Dourados, de Mato Grosso, de Tocantins, de Minas Gerais. Essas são universidades que estão assumindo a luta.

Passo a palavra à Sra. Faustina Soares, antes convidando os Professores Carmen Regina Correia e José Roberto Rodrigues para comporem a Mesa, a fim prestarmos uma homenagem à grande Professora Jeanine Maria, recentemente falecida. S.Sa. honrou seu magistério com estudos profundos. Um deles nos foi doado e está nesta mesa: *Bases para a Recuperação das Áreas Degradadas na Bacia do São Francisco*.

Peço uma salva de palmas em memória à Professora Jeanine Maria Felfili Fagg!

A SRA. FAUSTINA SOARES SANTANA – Bom dia, companheiros e companheiras! É um prazer muito grande estar aqui junto com meu povo, as pessoas quilombolas e indígenas. Somos a mesma raça, o mesmo sangue.

Muitos companheiros falaram sobre a preservação do nosso Cerrado. Antigamente, nós tínhamos a maior riqueza. O Cerrado era rico, a Caatinga era muito rica. Tínhamos nossas frutas nativas, que nós podíamos coletar. Hoje eu vejo a “desmatção” do Cerrado e da nossa Caatinga, que estão acabando com a nossa riqueza.

Eu peço a vocês, companheiros e companheiras indígenas e quilombolas, que nós nos organizemos, que é através da organização e da união que nós podemos chegar aonde nós queremos. Nós temos que defender os nossos direitos, resgatarmos nossas culturas, o quilombola, o indígena, que têm sua cultura. Nós temos que resgatar nossa cultura e preservar nosso ambiente, o Cerrado, a Caatinga. Que possamos ter essa grande riqueza que nós tínhamos antigamente.

Como o Deputado falou – parece que ele até já saiu –, o território quilombola é o que nós queremos, porque hoje o povo fala que não haverá mais escravidão. Nós, quilombolas, eu acredito que ainda estamos vivendo determinado momento de escravidão.

Por que eu falo isso? Por que, no nosso território quilombola, nós hoje vivemos encurralados pelas grandes fazendas dos latifundiários. Então é por isto que nós estamos vivendo na escravidão: nós não estamos vivendo à vontade, como vivíamos anti-

gamente. É isto o que nós queremos: viver à vontade, ter nossos direitos, conquistar nossos direitos. É isso que nós queremos!

Eu peço aos Deputados e às pessoas que estão presentes, aos que compõem a Mesa, que nos ajudem, que deem essa força para os quilombolas e os indígenas, para nós termos o direito do resgate do nosso território quilombola e das terras indígenas, porque é através disso que nós podemos viver à vontade, que nós poderemos construir uma vida melhor.

Nós queremos terra para plantar, para termos o sustento para nossos filhos. Hoje nós estamos vivendo determinado momento em que não temos lugar para plantar. Vivemos encurralados, por causa dos latifundiários.

O Governo Federal poderia acelerar mais esse processo. Eu estou achando que esse processo está muito lento.

Só assim, com o Governo Federal acelerando esse processo, é que eu sei que sairemos da escravidão, que teremos terra para trabalhar, para produzir, para tirar o sustento para nossas famílias.

Eu sei que nós estamos vivendo um momento muito difícil. Existe a bancada ruralista, que é contra nossos direitos, mas acredito que, unindo meus irmãos quilombolas, catingueiros, geraizeiros e indígenas, através da união é que se faz a força. Nós temos que nos unir. Temos o direito de resgatar todos os nossos direitos e termos nossas terras de volta, as nossas terras que nós tínhamos antigamente, que eram dos nossos antepassados e que hoje estão nas mãos dos latifundiários.

Se o Governo acelerar o processo, eu acredito que, se Deus quiser, nós viveremos à vontade. Nós temos nossa cultura. Antigamente, nós vivíamos da caça, da pesca, e hoje não podemos mais viver do jeito que vivíamos antigamente, por que os rios estão dentro das grandes fazendas, as matas estão dentro das grandes fazendas. Não podemos sair para ir à Caatinga para coletar nossas frutas nativas. Não podemos sair para ir ao rio para pescar, pegar o peixe para dar o sustento para nossos filhos, porque, se sairmos e formos dentro da fazenda do fazendeiro, a pessoa fica lá na beira do rio, morta, na beira do rio. Eles não aceitam que as pessoas – nós quilombolas, como os indígenas – entrem para pescar.

Eu acho que o Governo tem que ver isso e acelerar esse processo, que nós não podemos viver mais nessa vida que vivemos hoje. Nós temos que ter nossos direitos e temos que viver à vontade, como vivíamos antigamente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Muito obrigado, Sra. Faustina Soares, da Associação Quilombola do Gorutuba. Parabéns pelas palavras!

Eu gostaria de chamar a Sra. Maria Cristina, irmã da nossa querida Professora Jeanine, para compor a Mesa conosco.

Peço para o Sr. Donizete que dê um aviso rápido. O Sr. Manoel Conceição também quer fazer uma solicitação.

O SR. DONIZETE TOKARSKI – Bom dia a todos e a todas.

Obrigado, Deputado Pedro Wilson, grande companheiro e guerreiro em defesa do Cerrado, a quem cumprimento em nome de todos os componentes da Mesa, juntamente com a Sra. Faustina, que fez brilhante defesa dos povos do Cerrado.

Nós estamos fazendo um trabalho de agroextrativismo no Cerrado. Acho extremamente importante, Deputado Pedro Wilson, buscarmos a oportunidade de as pessoas que estão trabalhando com o Cerrado melhorarem a qualidade dos produtos, para ganharmos riqueza e renda a partir da nossa biodiversidade, como foi falado pelo Sr. Manoel e por tantos companheiros da Mesa.

Esse trabalho está sendo feito nos Estados do Maranhão, do Tocantins, de Goiás, de Minas Gerais e no Distrito Federal. Eu gostaria que os representantes desses Estados depois entrassem em contato conosco. Nós estaremos presente durante o Encontro dos Povos, para discutir cada um dos Municípios que será trabalhado.

Além disso, Deputado Pedro Wilson, eu gostaria de dizer que, como o Ministro Carlos Minc não está presente, nós temos outra forma de fazer que S.Exa. veja as deliberações e os encaminhamentos que estão feitos nesta audiência pública e durante o Encontro dos Povos.

Nós somos representantes das organizações da sociedade civil do Centro-Oeste no Conama. A Ecodata foi eleita para representá-

las. Em todas as reuniões de que participamos no Conama, estamos pautando a questão do Cerrado. Já aprovamos quatro moções dizendo, primeiro, que toda vez que o Ministro falar sobre a Amazônia deve falar também sobre o Cerrado e sobre os problemas do Cerrado. S.Exa. não está falando isso de graça agora!

Outro problema é melhorar e ampliar as reservas extrativistas do Cerrado. Outra questão é fazer que o Programa Cerrado seja suportado com mais recursos financeiros, para que possamos melhorar nossa atividade de defesa do Cerrado. E, finalmente, nós aprovamos na última reunião do Conama um encontro que nós fizemos aqui, coordenado também pelo Deputado Pedro Wilson, o I Seminário de Agroextrativismo no Cerrado, neste mesmo auditório, em que mais de trezentas pessoas participaram.

De todos os encaminhamentos que foram deliberados aqui nós fizemos uma moção, que também foram aprovados no Conama.

Nós queremos propor à coordenação, Deputado Pedro Wilson, que nós levemos para o Ministro todas as deliberações que forem tomadas neste encontro, por meio de moção do Conama. Se S.Exa. não está aqui para escutar, terá que assinar a moção, se nós a aprovarmos lá. Essa é a proposta que nós fazemos.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Darei a palavra ao Sr. Manoel Conceição, após a homenagem que faremos.

Acho que quase todos conheceram a Professora Jeanine. Passarei a palavra à Sra. Carmen, ao Sr. Roberto e à Sra. Maria Cristina, para neste momento reverenciarmos a luta desta professora que esteve engajada em defesa do meio ambiente brasileiro, principalmente do Centro-Oeste.

O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PINTO – Exmo. Deputado Pedro Wilson, demais membros da Mesa, Sra. Cristina, colega de tantas jornadas e prazeres da vida, povos do Cerrado, muito bom dia!

Sinto-me bastante lisonjeado e honrado ao prestar esta homenagem à Professora Jeanine. Não vou fazer a palavra livre. Fiz uma anotação, para não ser pego de surpresa pela emoção.

Eu gostaria de ler um pouco da história de vida e de luta da Professora Jeanine em prol do reconhecimento, do fortalecimento e do uso sustentável do bioma Cerrado.

A Professora Jeanine sem dúvida será lembrada pela história contemporânea e pelas gerações futuras como uma das mais importantes pesquisadoras do bioma Cerrado, tal como Rawitscher, Lund, Ferri e vários pesquisadores que iniciaram suas investigações científicas neste vasto bioma; a Professora Jeanine também dedicou a sua vida na busca de entender os processos ecológicos e o uso sustentável da fauna e flora desse imenso bioma.

Para aqueles que não a conheceram vou fazer um breve relato da sua carreira acadêmica e sua imensa contribuição para este bioma.

A Professora Jeanine iniciou a sua jornada em defesa do meio ambiente em meados da década de 70, quando ingressou no então desconhecido curso de Engenharia Florestal na Universidade Federal de Mato Grosso – fica aqui o abraço às comunidades de Cáceres e de Poconé, que estão aqui presentes.

Durante a sua vida universitária, destacou-se pela dedicação e inquietação em busca de novos conhecimentos. Sou testemunha disso. Fui formado pela Universidade Federal de Mato Grosso. Durante a minha vida universitária, pude ouvir por várias vezes o quão importante e o quão nobre foi a sua passagem pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Sedenta por novos conhecimentos, a Professora Jeanine não se contentou com os aprendizados adquiridos apenas lá na UFMT. Resolveu dar sequência aos seus estudos, concluindo o curso de mestrado em 1983 pela Universidade Federal de Viçosa. Neste mesmo ano, a Professora Jeanine ingressou na Universidade de Brasília (UnB) como professora no então recém-fundado curso de Engenharia Florestal da UnB. Mais tarde, com o esforço da própria professora e de alguns colegas, tornou-se o Departamento de Engenharia Florestal reconhecido nacional e internacionalmente pelas pesquisas realizadas em prol da conservação e manejo do bioma Cerrado.

No Departamento de Engenharia Florestal, ao longo dos seus 26 anos de docência, a Professora Jeanine desenvolveu com grande dedicação e maestria sua carreira de renomada pesquisadora e

educadora, consagrada no Brasil e no exterior, obtendo título de Professora Titular da UnB, maior grau na carreira docente.

Não satisfeita com os conhecimentos adquiridos durante esta curta mas intensa vida profissional, a Professora Jeanine foi em busca de novos conhecimentos fora do País. Em 1993 obteve o título de Doutora pela Universidade de Oxford, na Inglaterra, uma das mais renomadas universidades do mundo.

De lá para cá, só acrescentou conhecimentos científicos e tecnológicos sobre os usos racionais e sustentáveis do bioma Cerrado. Dos inúmeros projetos de pesquisa que a Professora Jeanine coordenou e participou, eu gostaria de destacar apenas quatro, que dão uma conotação da jornada e da vida dedicada ao Cerrado.

O primeiro projeto, o Projeto Biogeografia do Bioma Cerrado, iniciado em 1988, com o apoio do Governo britânico e do Governo brasileiro, foi sem dúvida o que colocou de fato o bioma Cerrado no cenário nacional e internacional dos fóruns de discussões.

Em termos de conhecimento científico, com esse projeto foram realizados inventários florestais nas mais diferentes regiões de ocorrência do bioma. Só para o conhecimento de todos, digo que a recente publicação que o Deputado Rodrigo Rollemberg mencionou, que trata das 12 mil espécies com ocorrência já descrita no bioma Cerrado, é um dos frutos do Projeto Biogeografia do Bioma Cerrado.

Após conhecer a flora do bioma Cerrado e sua distribuição fitogeográfica ao longo dos seus 2 milhões de quilômetros quadrados, surge então a necessidade de conhecer os processos ecológicos que regulam essa enorme diversidade biológica. Nasce então, em 1997, mais uma importante contribuição científica que conta com a participação da Professora Jeanine, o Projeto Ecofisiologia das Plantas Lenhosas Nativas do Cerrado. Nesta investigação científica são desvendados alguns dos principais fatores ambientais que regulam a distribuição geográfica, estabelecem o crescimento das espécies de árvores e arbustos do Cerrado. Por que em determinadas regiões do bioma ocorrem algumas espécies? Por que o porte é maior ou menor? Por que, em determinadas espécies, isso acontece de forma diferenciada? Esse projeto tentou desvendar esses mistérios da natureza.

Conhecidas quais são as espécies e parte dos principais fatores que regulam a ocorrência e crescimento dessas espécies, o meio acadêmico depara-se com a necessidade de como utilizar esse imenso recurso natural disponível de forma sustentável – o que vocês fazem tão bem.

Surge em 1999, numa parceria entre a UnB, pelo Departamento de Engenharia Florestal, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Cerrado, o Projeto Conservação e Manejo da Biodiversidade do Bioma Cerrado. Dentre as várias contribuições deixadas por este projeto estão os diversos usos de produtos não madeireiros possíveis de serem explorados de forma sustentável no bioma.

Aqui fica registrado que definitivamente madeira não é a vocação do Cerrado. Temos que explorá-lo com o que ele nos oferece, que são os recursos não madeireiros: seus frutos, seus produtos medicinais, suas raízes, sua flora. Estamos falando da geleia de mangaba, da farinha de jatobá, da castanha de baru, do picolé de cagaita, dos inúmeros produtos medicinais, do óleo da copaíba, do extrato de barbatimão, da rutina extraída da faveira e tantos outros extrativos.

Após conhecida a riqueza da flora do Cerrado, dos principais fatores e processos ecológicos responsáveis pela sua ocorrência e manutenção, do seu enorme potencial econômico, faltava desvendar o maior de todos os desafios. Diante dele a Professora Jeanine não se acovardou nem desanimou; muito pelo contrário, foi aí que ela encontrou inspiração e força para continuar a sua jornada em defesa do bioma Cerrado.

Neste ponto, eu gostaria de fazer um breve parêntese, para entendermos esse desafio.

Segundo relatório do Governo brasileiro publicado em 2008 pelo Ministério do Meio Ambiente, com base em dados de imagem de satélite de 2002, a área remanescente da vegetação do bioma Cerrado é de aproximadamente de 46%, ou seja, mais da metade do bioma tem a sua vegetação suprimida. Não estamos falando de vegetação alterada, estamos falando de substituição da cobertura original, sendo que a agricultura ocupa 25 milhões de hectares e a pecuária 55 milhões de hectares.

Segundo relatório do Governo Federal sobre áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, entre as ações prioritárias se destaca como a segunda mais importante a recuperação das áreas degradadas; em primeiro vem o levantamento da fauna e flora. Neste relatório, consta que aproximadamente 22% do bioma está degradado e carece de ações de recuperação. Estamos falando do desafio de recuperar esse bioma.

Diante deste cenário de ocupação desordenada do Cerrado, colocando em risco a grande diversidade biológica deste bioma, além da sobrevivência e manutenção de inúmeras comunidades rurais, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, pequenos proprietários que fazem do Cerrado a sua morada, a Professora Jeanine, com toda a comunidade acadêmica voltada para a conservação do Cerrado, veem-se diante do imenso desafio: como recuperar as áreas degradadas deste bioma?

Até meados da década de 80, muitos acreditavam que recuperar áreas degradadas no Cerrado era impossível: as espécies não crescem, o solo é pobre, não chove durante vários meses. Esse equívoco, que a Professora Jeanine gostava de chamar de quebra de paradigma, deve-se ao fato de que sempre se tentou recuperar as áreas degradadas do Cerrado com base nos modelos desenvolvidos para as florestas tropicais – Floresta Amazônica e Floresta Atlântica –, usando espécies exóticas do bioma ou mesmo exóticas do nosso País.

Apropriada do vasto conhecimento adquirido ao longo da sua vida acadêmica profissional, a Professora Jeanine, num ato de ousadia, propõe recuperar as áreas degradadas do bioma Cerrado com espécies nativas e de usos múltiplos, ou seja, plantando aquelas espécies que a natureza, ao longo dos seus milhões de anos evolutivos, selecionou para essa região, com ênfase naquelas que podem gerar renda ao pequeno e médio produtor rural.

Surge, então, os MDR (Módulo Demonstrativo de Recuperação de Áreas Degradadas de Espécies Nativas de Uso Múltiplo), uma das últimas e grandes investidas investigativas da Professora Jeanine.

O Projeto MDR, anuncio aos senhores, já foi testado em várias regiões e condições ambientais, por pequenos produtores rurais,

em assentamentos da reforma agrária, em áreas urbanas, e tem obtido resultados bastante promissores.

Junto com esse projeto ambicioso de recuperar o bioma Cerrado e da necessidade de revitalizar a Bacia do São Francisco, meta do atual Governo Federal, nasce, com incentivo do Ministério do Meio Ambiente, dos recursos naturais renováveis, e do Ministério da Integração Nacional, o Centro de Referência e Conservação e Recuperação de Áreas Degradadas do Bioma Cerrado.

Trouxe alguns *folders*. Se alguém se interessar, pode pegar comigo ou com a Professora Carmem depois.

Esse Centro de Referência tem como missão gerar conhecimento sobre a conservação e recuperação do bioma Cerrado e repassar à comunidade acadêmica e a toda a sociedade civil alternativas de uso sustentável da biodiversidade desse bioma. O Centro está acomodado na Universidade de Brasília, e até o final deste ano, se Deus quiser, será inaugurada a sua sede própria, onde aglutinará vários pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento e, juntas, estarão todas as associações e organizações civis que lutam em defesa do Cerrado.

Certamente esse espaço será uma grande área de uso dos povos do Cerrado.

Tenho a certeza de que todos os conhecimentos gerados e repassados pela Professora Jeanine não foram em vão nem tão pouco serão esquecidos. Sua contribuição científica está registrada nos mais de 105 artigos publicados em revistas científicas, nos 26 livros publicados, nos 71 capítulos de livros publicados, e seus ensinamentos foram repassados aos seus colegas e alunos, orientando 17 alunos de doutorado, 24 alunos de mestrado e mais de 200 orientações de alunos de graduação.

A semente foi plantada, e o solo é bom. Certamente árvores e bons frutos ainda haverão de surgir, e eu sou uma dessas sementes.

Senhoras e senhores, esse foi um breve relato do grande legado deixado pela saudosa Professora Jeanine. Sem dúvida, nobre Deputado, a PEC Cerrado como Patrimônio Nacional era uma das bandeiras de luta da Professora Jeanine. Aprová-la na Casa e depois ser sancionada pelo nosso Presidente é coroar com brilhantismo o esforço de vários Parlamentares, inúmeros pesquisa-

dores e ambientalistas, que, como a Professora Jeanine, fizeram do Cerrado o seu projeto de vida e de milhões de brasileiros que fazem do bioma Cerrado a sua morada e retirada do seu sustento de forma sustentável.

Por fim, gostaria de dizer que a Professora Jeanine não está mais entre nós; ela está em cada um de nós, pois para sempre carregaremos em nossos corações e ações muito do que ela acreditava e nos ensinou. Ela não nos deixou, apenas mudou a forma de estar presente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Muito obrigado ao Dr. José Roberto pela homenagem.

Gostaria de registrar a colaboração dos nossos cinegrafistas da TV Câmara e dos funcionários da Comissão de Legislação Participativa, Áurea, Cibele, Nilma, Eliana, Alexandre, Christhiano, Cláudio, Sonia e, da Comissão de Meio Ambiente, Juracema e Ivonaldo. Uma salva de palmas a esses funcionários, que têm se dedicado à reunião desta audiência.

Com a palavra a Dra. Carmen Regina Mendes de Araújo Correia

A SRA. CARMEN REGINA MENDES DE ARAÚJO CORREIA – Senhoras e Senhores, bom dia. Quero agradecer aos senhores a oportunidade de irmos aqui neste momento tão importante e termos esse espaço para falar de uma pessoa que em toda a sua vida lutou pelo Cerrado.

O legado da Professora Jeanine passa também pela formação de pessoas. Nessa área, o patrimônio é incalculável, já que a formação de pessoas, tendo como princípios a conservação do bioma Cerrado e seu uso sustentável, não pode ser quantificada. Aqui se conta é a qualidade desses profissionais. Muitos desses hoje são professores universitários, técnicos de diferentes órgãos e instituições vinculados ao meio ambiente e todos sempre muito valorizados pela mestre.

Não se pode falar em Jeanine sem citar seu fundamental papel como cidadã, comprometida e dedicada às questões ambientais, vivendo o dia a dia sua dedicação em inúmeros momentos de desafios, lutas, vitórias e também derrotas. Contudo, como não

se abatia facilmente, em seguida à derrota, já estava pronta para outro embate.

Na construção do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Gama e Cabeça de Veado, uma luta de anos, era para além da pesquisadora e mestre a cidadã que se envolveu ao ponto de passar a residir na APA e presidir a Associação Comunitária dos Moradores do Park Way, por cerca de quatro anos, até seus últimos dias entre nós.

Sob sua liderança, o Setor de Mansões Pak Way se tornou um dos melhores setores residenciais do Distrito Federal, tendo uma significativa parcela de seus moradores mobilizados contra ações que possam comprometer a qualidade ambiental existente naquele lugar.

A dimensão socioambiental que o bioma Cerrado tinha no seu trabalho pode ser identificada nas centenas de cursos, oficinas e diferentes atividades de extensão, coordenados e ministrados pela Professora Jeanine. Tinha plena consciência que a sensibilização, mobilização e capacitação das comunidades rurais e urbanas são fundamentais para a defesa do nosso bioma. Colocou sua ciência, seu tempo, enfim, sua energia nas ações que acreditou serem brigas boas, como dizia.

Definitivamente incansável na defesa do Cerrado, tinha pelos projetos de educação ambiental dedicação intensa. Aliás, ela era intensa em todos os campos em que atuava, assim como em família e com amigos.

O Projeto Viver Escolar, integrante das ações desenvolvidas na APA, tinha como principais atores as crianças. Centenas delas estiveram envolvidas, especialmente aquelas das escolas dos núcleos rurais. Os resultados, para além da sensibilização e conscientização ambiental, revelaram melhorias no desempenho escolar e nas relações interpessoais dos alunos e professores, conforme estes mesmos revelaram.

Mais recentemente, a implantação do Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas (CRAD), na UNB, significava aglutinação e difusão dos conhecimentos acumulados ao longo dessas duas décadas e alguns anos.

Na idealização dessa obra, a Professora Jeanine sonhou em torná-lo um espaço privilegiado a ser ocupado por atividades que integrassem o conhecimento científico e o popular.

As diferentes comunidades do bioma e seus saberes encontram no CRAD a oportunidade para expor seus produtos e ideias, e assim ele vem sendo construído.

A pessoa de hábito simples e discreto sonhou grande para o bioma e realizou seus sonhos no dia a dia, cada vez mais envolvida e participativa. Reconhecia a importância da atuação política para a defesa do meio ambiente e muitas vezes se envolveu em comissões, atos e estudos que pudessem objetivamente apontar para a conservação e desenvolvimento sustentável do Cerrado.

O reconhecimento ao seu trabalho, felizmente, não se restringe à academia e meios científicos. Sua atuação se deu em todas as esferas da sociedade, sem preconceitos, mas firmemente em defesa do Cerrado. Com sensibilidade e amor, dedicou-se à natureza. Como uma árvore boa, naturalmente produziu ótimos frutos. As sementes que plantou na terra e nas pessoas continuaram a germinar, originando árvores frondosas, boas de sombras e de frutos. E cada vitória que se alcançar sempre terá um pouco dessa pessoa ímpar que aqui apresentamos.

Esses são pequenos fragmentos que apenas indicam o que representa a vida da Professora Jeanine, como cidadã, cientista e mulher, tão simples, mas que deixou um sentimento de orgulho naqueles que puderam desfrutar de seu convívio. Este é um dia no qual certamente a temos presente em nossas eternas lembranças, em nossos corações, oferecendo-nos a força de que precisamos para continuar.

Com imensa gratidão, à nossa inesquecível Jeanine.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Obrigado, Dra. Carmen Regina.

Passaremos alguns *slides*. A Dra. Regina e o Dr. José Roberto entregarão uma corbelha de flores à irmã da Dra. Jeanine.

Registro a presença do Sr. Christopher Willian Fagg, marido da Jeanine.

(Exibição de vídeo.)

Obrigado por esta homenagem à Professora Jeanine. Agradeço à família e aos professores da Universidade de Brasília.

Convidamos todos para a intervenção. Gostaria de uma salva de palmas e flores para a Cristina, irmã da Jeanine. Muito obrigado, Cristina.

Convido o Sr. Srewe da Mata, Eliseu e Marli para fazerem uso da palavra. O Sr. Srewe está presente? Eliseu José de Oliveira? Poderia levantar a mão quem está vindo para a Mesa? Marli Ribas? Pedro Ponce? José de Oliveira poderia ficar aqui na fila do povo.

O SR. SREWE XERÉM – Gostaria de cumprimentar todos os presentes do Movimento Cerrado Brasileiro, na pessoa do Deputado Federal Pedro Wilson. Estamos deveras agradecidos por este momento em que apresentamos as diversidades do Cerrado brasileiro.

Para mim, é muito gratificante estar nesta Casa representando, juntamente ao nosso Coodernador-Geral Hiparidi Top’Tiro, os povos indígenas do Cerrado brasileiro. O nosso companheiro Manoel da Conceição falou que a nossa riqueza não é significativa em termos de riqueza, mas, sim, em termos de natureza. O que quero dizer é que nós, povos indígenas do Cerrado brasileiro, temos nos empobrecido cada vez mais com a presença do pessoal do agronegócio que vem nos causando grandes prejuízos com a impactação das terras e com o uso dos agrotóxicos, que têm contaminado os rios, os peixes. Isso tem feito desaparecer a nossa forma de ser e a nossa cultura também está indo embora. Esse é o nosso empobrecimento.

Conforme também foi mencionado pelo Deputado Pedro Wilson, todos os senhores sabem que o Brasil já era habitado pelos nativos, pelos nossos ancestrais, pelos indígenas brasileiros, mas hoje estamos vivendo e sobrevivendo de migalhas. Para nós, isso é lamentável. E todos os senhores, a sociedade brasileira, o povo brasileiro, sabem a situação que estamos vivendo: uma situação de miserabilidade. Enquanto a sociedade e as autoridades brasileiras não reconhecerem os erros e os impactos que têm nos causado, como sendo um grande desastre em termos humanos, o Brasil não caminhará para a frente.

Por isso, discutem-se algumas propostas que precisam ser re-discutidas novamente. É preciso reconhecer os nossos direitos. A sociedade precisa reconhecer e dar a cada um o merecido. Precisamos, sim, de terras. As terras foram demarcadas, e todas as pessoas querem interferir na demarcação de terras indígenas. Mas, se todos pensássemos bem, a terra brasileira é nossa. Não precisaríamos de estudos antropológicos para demarcar as nossas terras. Teríamos direito de escolha porque esta terra é nossa. Ela pode não nos ter sido dada, mas é nossa, é dos senhores também, que são companheiros, que estão nesta luta.

Quero agradecer muito a todos que estão presentes. Vamos continuar lutando juntos, dando a cada um a oportunidade de se expressar e mostrando os valores que são devidos a cada um. Agradeço a todos e a Deus que nos deu esta oportunidade de estar juntos, unidos e reunidos, num só propósito de lutar e vencer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Muito bem, Srewe Xerém, de Tocantins.

Com a palavra o Sr. Eliseu José de Oliveira, de Minas Gerais.

O SR. ELISEU JOSÉ DE OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas, companheiros povo do Cerrado. Meu nome é Eliseu, do município de Rio Pardo de Minas, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e também do Conselho Diretor do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

Na minha fala, quero só reforçar esta luta, esta caminhada dos povos do Cerrado nestes momentos do encontro. Em Brasília, este 6º Encontro dos Povos do Cerrado é um momento em que o povo se encontra, em que vemos o rosto de cada um e sentimos que, mesmo muito dispersos neste Brasil que é muito grande, no bioma Cerrado, somos muita gente na luta. É preciso que aconteçam momentos como este para sentirmos isto: que estamos na luta. Cada um, em seu lugar, tem se organizado da sua forma para promover este encontro dos povos do Cerrado. A partir daí, é preciso já sairmos daqui planejando a volta para o próximo Encontro dos Povos do Cerrado, porque são momentos importantes. No mais, temos que travar uma luta

em defesa do Cerrado em vários espaços. Um deles é este, que está acontecendo na Câmara dos Deputados.

Como diz o rapaz do Movimento Cerrado Vivo, de Brasília, é preciso, por meio da informação, travar uma luta em defesa do Cerrado e avançar nos nossos direitos. É preciso acompanhar os plenários da Câmara dos Deputados quando se discute a preservação do Cerrado – como essa PEC, que se arrasta há anos – e perceber quais Parlamentares são a favor ou contra a aprovação da PEC que luta em defesa dos direitos dos povos do Cerrado. Precisamos mapear esse povo de forma inteligente para que isso seja socializado.

Precisamos saber quem chega ao poder para garantir os nossos direitos e se manifesta contra os direitos do povo nativo, porque eles chegam lá através do nosso voto. E se eles chegam ao poder através do nosso voto, eles podem ser derrubados também.

Não podemos perder de vista esses espaços para trazer ao conhecimento do povo. Talvez seja difícil para mim, que sou nativo, nascido e criado lá no campo, mas é preciso que isso seja divulgado por quem está mais próximo, que participa das sessões da Câmara dos Deputados, tem acesso à mídia e usa os meios de comunicação disponíveis.

Quando pedimos a criação dessa PEC... Existem muitas leis, e leis muito boas, no Brasil. É preciso travar uma luta para que essas leis aconteçam na prática porque nós, que estamos lá, na base, vendo como as coisas acontecem, sabemos que a lei não é aplicada na prática.

Quero aqui marginalizar esse modelo de desenvolvimento que colocaram no Brasil através do agronegócio porque ele viola as leis criadas. Existem máfias, como a máfia do carvão, conhecida por todos nós, que violam as leis criadas. Então, não basta lutar para criar a lei. É importante criar a lei, mas é preciso lutar para que ela aconteça na prática.

Na luta pela retomada dos territórios dos povos indígenas, quilombolas e geraizeiros, é preciso ser radical. É preciso demarcar os seus territórios. Se você quer fazer a luta, você tem que demarcar o seu território e fazer ela acontecer lá, na base. Você tem que ser radical lá, porque assim é que as coisas acontecem. Enquanto você acha que as coisas se resolvem só através de vota-

ção de lei... Você tem que fazer isso acontecer no radicalismo, lá na base, e garantir o seu território.

Para encerrar, reforço o pedido de criação de Reserva Extrativista (Resex), com preservação do Cerrado com o povo, do Areião, Vale do Guará, nos Municípios de Rio Pardo de Minas, Vargem Grande e Montezuma; da Reserva Extrativista de Tamanduá, Poções e Riacho dos Machados, em Minas Gerais; de Gerais do Calixto, em Buritizeiro; de Barra do Pacuí, em Ibiaí; Serra do Cabral; Lassance, Serra do Bicudo, Corinto e Corumundaí, em Buenópolis.

Reforço esse pedido para que a solicitação da criação dessas reservas seja registrada aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Desculpe-me, mas estou controlando o tempo para podermos ouvir todo mundo.

Agora ouviremos a Sra. Marli Ribas. Depois falarão o Sr. Pedro Ponce, o Sr. José de Oliveira e a Sra. Elizângela Ribeiro de Aquino.

Com a palavra a Sra. Marli Ribas, de Cocos, Bahia.

A SRA. MARLI RIBAS – Bom dia, companheiros e companheiras. Sou do Município de Cocos, na Bahia, e sou geraizeira. O Sr. Braulino falava que nós, geraizeiros, somos corajosos, mas, diante de tantos problemas, parece que não temos mais essa coragem. Estamos lá, no meio dos conflitos, e acabamos falando muitas vezes para nós mesmos, geraizeiros, porque o Ministro disse tantas coisas bonitas – de leis, de defesa do Cerrado –, e aí, quando acabou e saiu, não sabíamos quem poderia tirar as dúvidas e para quem perguntar o que fazer.

Estamos lá, no meio dos conflitos de desmatamento do Cerrado. Ele disse também que, daqui a quarenta anos, não teremos mais Cerrado se não barrarmos isso. Eu acho um absurdo. Eu já digo que, do jeito que vai acelerado o desmatamento, daqui a cinco anos as nossas crianças só vão ver nos painéis o retrato do Cerrado.

O desmatamento para o carvão e para o agronegócio está acabando com os feixes de pasto, e os nossos companheiros que nasceram, foram criados e moram lá no Cerrado há mais de duzentos anos – ou quinhentos anos, pode-se dizer – estão sendo encurralados muitas vezes nas periferias das cidades e, outras

vezes, nas beiras dos rios. O desmatamento está acabando com todo esse Cerrado. O agronegócio está desenfreado lá, com tantos agrotóxicos e sem nenhum controle.

E para piorar, essa reserva que fica na beira dos rios... basta ver os grandes projetos de hidrelétricas, de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), com promessas enganosas para acabar de expulsar o povo da beira dos seus rios e acabar com suas culturas. Muitos são mortos, e outros se espalham por aí porque não têm para onde ir. Tantos ribeirinhos estão acabando porque o desmatamento acaba com esse bioma, essa caixa d'água que é o Cerrado e que acaba secando. Como é que esse povo vai ficar?

Para piorar, com tantos e tantos projetos – a indignação porque o tempo é pouco, e não podemos falar de tantos problemas que temos –, ainda vem o grande projeto da transposição do São Francisco.

Então, companheiros, sabemos que alguns Deputados estão querendo defender. E por que existe tanta dificuldade para aprovar essa PEC? Por que tanta dificuldade? Deu uma indignação, uma tristeza, quando ouvi o Ministro falar umas palavras bonitas. Não fiquei alegre. Fiquei foi triste e indignada porque sabemos que o Ministro e os Deputados têm conhecimento do que acontece no Cerrado.

Fico emocionada e indignada com a situação porque, se eles não soubessem o que acontece no Cerrado, nós ainda teríamos um “quê”. Mas se eles têm conhecimento do desmatamento e do que está acontecendo... e aí vêm as eleições, tornam a voltar para a bancada esses Deputados que não querem votar pela defesa do Cerrado. Isso é muita indignação, companheiros.

Nós, do Cerrado, estamos aí. Quando ouvimos palavras bonitas, quando ele disse que há quatorze anos uma lei está tramitando... Catorze anos já é tempo de estar namorando. Já está quase casando. E aí vai caducar, e a Casa morre sem que seja aprovada essa lei.

Ouvirmos falar da defesa da Amazônia. Vi tantas vezes na televisão a defesa da Amazônia, e cadê a defesa do Cerrado? O Cerrado está sendo mais desmatado do que a Amazônia. A maior

parte da água doce está vindo do Cerrado, e nós estamos aí, quase morrendo de sede.

Ficamos indignados pelo tempo ser pouco. Mas era isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Muito obrigado, Sra. Marli Ribas, de Cocos, Bahia.

Com a palavra o Sr. Pedro Ponce, de Poconé, Mato Grosso. Depois falará o Sr. José de Oliveira, de Uberlândia, Minas Gerais.

O SR. PEDRO PONCE – Bom dia a todos e a todas. Em nome dessa plateia, quero saudar e parabenizar o nosso Deputado Pedro Wilson.

Deputado, sou Pedro Ponce. Sou de uma comunidade tradicional do Estado do Mato Grosso. Essa reivindicação que a gente está trazendo aqui, para a Câmara, em nome da Rede Cerrado... Eu quero trazer assim os problemas que estão dentro do meu Estado e dentro de vários Estados do Brasil. Eu sou de uma comunidade onde a gente tomava água da cacimba, tomava água dos pequenos rios que não eram afetados. E a gente também fazia alimentação saudável, que era alimentação natural, que era banana, o feijão, o arroz, etc. Mas, como hoje o nosso Cerrado está sendo muito perseguido pelos grandes plantadores de soja, os grandes plantadores de eucalipto, os grandes plantadores de tecas, e as queimadas bravas que estão rolando aí, a gente perde toda essa identidade que nós temos de povo do Cerrado.

Mas é por isso que nós estamos aqui, esse montante de gente aí, colorida, para fazer essa reivindicação aqui em Brasília. Porque é um projeto que está rolando há quatorze anos, como todo o mundo está falando, e não está sendo aprovado. Por quê? Nós queremos agora, neste momento, fazer este pedido nosso: que essas políticas públicas aconteçam dentro dos Estados. Na questão da Rede Cerrado aí, na questão desse povo tradicional, do povo ribeirinho, dos quilombolas e até mesmo a comunidade tradicional, que foi uma das comunidades que mais... Ela vem resistindo dentro deste País.

Hoje se tem assentamento para todo canto do Brasil, mas que resistem mesmo são as comunidades tradicionais, que estão em

Mato Grosso, que estão em Minas Gerais, que estão em Goiás, que estão no Maranhão e em outros Estados.

Hoje, estamos sendo assim um povo reprimido. Nós não estamos tendo direito mais de desfrutar o que o nosso Cerrado oferece – oferecia.

Por exemplo, hoje, o agroextrativismo... Lá no meu Estado, no meu Município, eu trabalho com o baru. E há mais outros produtos que o recurso natural oferece pra nós, que são a mangaba, o jatobá, a marmelada, o próprio cumbaru, que é o forte da nossa região. Esses são os recursos naturais que a gente encontrou, achou dentro do Cerrado, que está sendo hoje perseguido pelos grandes fazendeiros, os grandes latifundiários.

Eu quero passar essa reivindicação ao senhor, Deputado. Porque de manhã estava lotadinho de Deputado, mas todos jogaram a carga nos seus ombros. Até o próprio Ministro do Meio Ambiente. É uma vergonha vir um monte de plateia dessas, de todos os Estados...

E nós não podermos transmitir o que nós precisamos, o nosso sofrimento para os Deputados, aqui em Brasília. Eu estou falando aqui com a plateia e eu vim trazer meus problemas para os Deputados e o Governo resolverem. Porque eles fazem as leis e mandam para os Estados, para massacrar todos nós.

Precisamos, com urgência, dessa política pública. Este povo aqui é todo povo pequeno, que necessita dos recursos naturais espalhados no Brasil inteiro. E tem meia dúzia de gente aí destruindo os nossos recursos, acabando com as nossas águas, acabando com os nossos rios e até mesmo os nossos tipos de alimentação.

Ouvi aqui um Deputado falando da questão dos remédios medicinais. Nós precisamos daqueles remédios, gente, que estão no nosso Cerrado, aquelas ervas que curam o povo. Não são esses remédios que estão vindo aí de tal forma matando os nossos indígenas, matando os nossos ribeirinhos, matando os nossos quilombolas, matando os nossos das comunidades tradicionais. É com urgência, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Acolhemos a sua reclamação.

O SR. PEDRO PONCE – Eu acredito muito em Deus e no senhor, que vai levar essa demanda pra esta Câmara, com muita coragem, com muito fervor, e que seja resolvida essa lei pra nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Pode ter certeza. Obrigado, Pedro Ponce, de Poconé, Mato Grosso.

Passo a palavra ao Sr. José de Oliveira, de Uberlândia, chamando também Elizângela Ribeiro de Aquino, de Riacho dos Machados, Minas Gerais; Maria de Lourdes Criveli, de Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul; Mateus Alves de Melo, da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab), e Edith Lopes de Souza, de Barreiras, Bahia.

O SR. JOSÉ DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos e a todas; boa tarde ao Pedro Wilson, grande Deputado; eu queria aqui primeiramente fazer um agradecimento e dedicar este VI Encontro dos Povos do Cerrado a um grande companheiro nosso. É o primeiro encontro que a gente vai fazer sem ele, o grande companheiro Vanderlei de Castro, da Agrotec. Peço uma salva de palmas para o companheiro.

A luta dele não vai acabar enquanto a Rede Cerrado existir.

Para falar da PEC do Cerrado, eu acho que tem de delimitar algumas coisas. Primeiro, a importância constitucional dessa PEC. Alguns podem perguntar: por que importância constitucional? Acho que a importância constitucional é garantir que, dentro da Constituição, esse bioma Cerrado seja tratado de igual para igual com os outros biomas. Eu acho que, perante a população, não há essa distinção. Todo mundo se trata igual. Tanto o pessoal da Amazônia como o pessoal do Pantanal trata com o devido respeito o pessoal que mora no Cerrado. Mas na legislação não tem esse respeito. Nós já vimos processos administrativos de implantação de usina falando o seguinte: “Nós respeitamos os limites de distância dos biomas...” e uma usina sendo implantada no Cerrado. Então, na legislação ainda não tem esse respeito. A importância constitucional dessa PEC é para garantir o respeito ao bioma Cerrado também na lei brasileira.

Quanto à importância da biodiversidade, é redundante falar aqui. Muitas pessoas já falaram da importância da biodiversidade do Cerrado e todos nós sabemos disso. Sabemos e

não precisa de estudo, porque todos aqui vivem no Cerrado, nasceram no Cerrado, sabem a importância e a responsabilidade que têm com o bioma. Mas a importância da biodiversidade do Cerrado para... Existem vários livros. As obras da professora foram mostradas, temos obras de vários companheiros – do companheiro Ricardo Ribeiro, do companheiro Mazan – que tratam dessa questão da biodiversidade do cerrado, que é muito rica e todos nós sabemos.

Importância do Cerrado enquanto a produção de água doce: Nós sabemos que parte do Aquífero Guarani, o maior aquífero de água doce que há no Brasil, está no Cerrado. Todos nós precisamos dele e sabemos da importância desse aquífero para todo o nosso País. Aprovando essa PEC, garante-se também leis de proteção a esse aquífero.

Outra questão que também acho importante é que, aprovando essa PEC, nós teríamos condição... Os Ministérios teriam como pensar o zoneamento econômico ecológico e não deixar só os zoneamentos econômico-ecológicos estaduais. Porque alguns Estados estão fazendo o zoneamento ecológico da cana-de-açúcar, mas pensar o zoneamento econômico-ecológico nacional, pensando em todo o território nacional, pensando o Cerrado brasileiro como prioridade das grandes populações, de toda a população que mora no Cerrado. É muito importante que essa PEC seja aprovada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Obrigado, José de Oliveira, de Uberlândia.

Com a palavra a Sra. Elizângela Ribeiro de Aquino, de Riacho dos Machados, Minas Gerais.

A SRA. ELIZÂNGELA RIBEIRO DE AQUINO – Boa tarde a todos os companheiros. Para mim, é um grande prazer estar aqui com todos vocês.

Gostaria de dizer que estou feliz porque estamos aqui, uma grande multidão, mas ainda não é o suficiente. Sabemos que viemos aqui, alguns representantes de comunidades e outras comunidades ficaram... Muitas e muitas pessoas que também têm

o mesmo objetivo e gostariam muito de estar aqui para ajudar nesta luta em defesa do Cerrado, mas não foi possível.

Agradeço ao Deputado, que está nos suportando aqui. Até parece que somos insuportáveis, porque todos os que vieram aqui não tiveram a paciência de estar conosco até o final. Por isso agradeço ao Deputado.

Não somos seres insuportáveis, não. Somos pessoas de bem que estamos aqui para defender a nossa vida, defender a vida de um povo, de um povo velho, de um povo jovem e até a vida dos Deputados, porque sabemos que, de um tempo para cá, está todo mundo preocupado – a mídia passando na televisão – com a questão da água, com a questão ambiental, com a questão da natureza, com os desastres ambientais que estão acontecendo. Então, acredito que, por isso e até por medo da própria morte, alguns estão preocupados com o Cerrado, mas não é totalmente com o Cerrado.

Volto e pergunto ao povo: será que eles estão preocupados com o Cerrado ou com sua própria vida? Agora se assustaram, agora estão se assustando com o Cerrado e começaram a discutir essa questão. Mas acredito que estão com medo de perder a própria vida, porque sabem que precisam viver e precisam da natureza para isso.

Também gostaria de agradecer a todos os que estão aqui e dizer que temos que unir forças e lutar com o mesmo objetivo, porque precisamos viver. Se precisamos viver, a vida está no Cerrado, está na natureza.

Também gostaria de dizer àquelas mulheres que ficaram lá no assentamento – moro no assentamento Tapera, no Município de Riacho dos Machados, e tenho orgulho de dizer que sou geraizeira, porque daquele pedaço de terra tiro o sustento da minha família e as outras famílias que vivem lá também vivem daquele pedaço de terra – para não desanimarem, porque a luta é grande. Se tenho terra, foi uma luta muito grande. Se outras pessoas também têm terra e vivem da terra, não foi fácil. Por essa luta para ter terra e viver com dignidade muitas pessoas morreram. Por isso não temos que ter medo de falar a verdade e lutar pelos nossos direitos.

Gostaria de dizer aos Deputados para realmente verem a dificuldade que a gente enfrenta, que os pequenos enfrentam.

Alguns falaram que talvez isso aconteça por falta de conhecimento. E aí falta inteligência ao povo, porque, se os Deputados estão aqui, os Senadores e o Presidente, fomos nós que os elegemos. E nós temos direito de vir aqui e cobrar, porque é direito nosso. É povo grande? É, mas foi eleito pelos pequenos, que somos nós. Está na hora de aprender a votar. Infelizmente, ainda não aprendemos.

Sofremos no Município de Riacho dos Machados porque temos uma Prefeita que não apoia e não valoriza o pequeno trabalhador rural, mas apoia as grandes empresas, como a Rima Florestal. Estamos no assentamento trabalhando agricultura, tiramos o sustento das famílias de lá, mas estamos cercados pela monocultura. Só o assentamento está trabalhando com agricultura, enquanto o Município trabalha com siderurgia e carvão.

Temos que fazer uma avaliação muito bem feita, companheiras e companheiros, porque não comemos carvão nem eucalipto. Nunca ouvi dizer que alguém comesse eucalipto. Vocês já ouviram alguém dizer que gente come eucalipto?

Outro apelo que gostaria de fazer é em relação à Amazônia. Vamos defender a Amazônia. Precisamos só da Amazônia para sobreviver? Uma pergunta gostaria de fazer: se desmatarmos todo o Cerrado e a Caatinga, é possível sobreviver só com a Amazônia? É possível? Então, vamos unir forças e lutar pelo Cerrado e pela Caatinga, porque cada pessoa precisa do seu canto para sobreviver.

Falamos da questão indígena, da questão dos quilombolas, e por que não de toda a população? Por isso, gostaria de pedir: vamos unir forças e lutar. Um Deputado falou que precisamos até vir ocupar aqui. E por que não? Vamos, sim. Se é direito nosso e nós queremos, nós precisamos viver, nós vamos vir a hora que for preciso, porque esse espaço aqui não é de Deputado e de Senador, não. É nosso também, porque eles estão aqui é representando o povo. Eles estão aqui é representando o povo. E, por isso, nós temos que lutar. Juntos, nós vamos vencer.

Muito obrigada. Gostaria de agradecer a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Obrigado à Eliângela Ribeiro de Aquino, de Riacho dos Machados, Minas Gerais.

Chamo a Maria de Lourdes Crivelli, o Mateus Alves de Melo, a Edite Lopes, o Emir Lucas e a Benivalda Santiago, de Cárcere.

Com a permissão da Crivelli, gostaria de transmitir aqui um desabafo da Rosane, porque acho que não vai dar para ela falar. Ela fala que os Deputados ficam falando de prostituição, trabalho, desmatamento, droga, mas que ela, como educadora, fica preocupada com o desmatamento do Cerrado, que faz parte da nossa riqueza. *“Quando o Cerrado acabar, será que não vai aumentar o número de pessoas se prostituindo ou mesmo usando drogas? Quero saber o que acham.”* São palavras da Rosane, que ficam para nossa reflexão.

Maria de Lourdes, de Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul.

A SRA. EDITE LOPES DE SOUZA – A Maria de Lourdes não veio. Eu sou Edite Lopes de Souza, da Agência Desenvolvimento, que tem uma atuação na região oeste da Bahia, no bioma Cerrado.

Fazemos um trabalho voltado para as comunidades tradicionais e geraizeiros. Não é uma tarefa fácil, porque as comunidades no nosso Estado não têm valor nenhum. São mais importantes os empresários, que vêm destruindo o Cerrado e montando seus empreendimentos. Só para completar um pouco o que a Sra. Marli, do Município de Cocos, colocou, a gente está sofrendo agora a regularização da reserva legal, porque os fazendeiros, com suas propriedades, desmataram toda a Chapada. As únicas áreas verdes que existem são áreas de comunidades tradicionais. Nós temos quilombolas não reconhecidos e geraizeiros.

E o que acontece hoje? Vários territórios de comunidades se transformaram em reserva legal de fazendeiros, como, por exemplo, Brejão, no Município de Jaborandi; Couro de Porco, em Correntina; Ponte de Mateus, em São Desidério.

Neste momento, em que o mundo está olhando para a conservação e o cuidado com as águas, no nosso Estado se investe no Bahiábio, que é toda uma infraestrutura de escoamento de produção, com hidrovias, ferrovias, PCHs, barragens. Nesses lugares, estão expulsando o povo, porque as indenizações são irrisórias.

Por outro lado, também faço parte da diretoria colegiada do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Muito se fala em revitalização do rio. No entanto, olhem o que está acontecendo

com a nossa caixa-d'água. Aqui se falou do Aquífero Guarani, mas nós temos o Aquífero Urucuia. O que está sendo feito para cuidar desse Aquífero? Estamos no oeste da Bahia enviando para o Rio São Francisco em torno de 30% de suas águas, 25% a 30%. E a gente está assistindo, no dia a dia, à morte progressiva de muitos corpos d'água e de muitos rios. Então, esses projetinhos pontuais de revitalização não resolvem.

De um modo geral, em Tocantins, Maranhão, Bahia, existe um monte de recurso sendo disponibilizado para a infraestrutura do agronegócio. No entanto, nenhum cuidado tem sido tomado no cuidado com as populações.

É importante que essa PEC seja aprovada, minha gente! Quatorze anos não são quatorze dias. E o monitoramento, por si só, não vai resolver. A gente precisa barrar tudo isso. Precisamos de moratória para o Cerrado já!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Obrigado à Edite Lopes de Souza, de Barreiras, Bahia.

O Mateus, a Maria de Lourdes e o Emir não compareceram. O Mateus está aí? Depois do Mateus, a Benivalda.

O SR. MATEUS ALVES DE MELO – Bom dia, companheirada.

Os resistentes ficaram aqui até o final. Observamos que a plateia já vai cansando e vai saindo. Peço uma salva de palmas para os resistentes, que estão até o final participando, fazendo o debate, mostrando a sua voz aqui no Congresso. Acho que todos vieram para cá para serem ouvidos. Infelizmente, não foi possível. Só o Deputado Pedro Wilson ficou aqui até o final. Mas vamos lá.

Eu represento aqui a Feab, que é a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil. O movimento estudantil também está presente aqui, na luta com vocês, junto com os povos do Cerrado, em defesa da PEC do Cerrado.

Faço parte, em Montes Claros, na Universidade Federal de Minas Gerais, de um grupo chamado Nascer, que é o Núcleo de Agricultura Sustentável do Cerrado, no qual realizamos várias atividades. Estou citando o Nascer como exemplo, porque há grupos como esse em várias universidades de todo o Brasil que vêm fa-

zendo essa resistência, tentando levar para dentro da universidade as pautas dos povos tradicionais do Brasil, não só do Cerrado, mas da Caatinga, dos Pampas, de todos os povos esquecidos.

Para a universidade, a grosso modo, vocês não existem. Toda essa matriz tecnológica, que destrói o Cerrado, destrói a natureza do Brasil, destrói os povos do Brasil, grande parte dela é pensada, é fabricada na universidade para, depois que de formados, implementarmos isso no campo.

Digo a vocês que vários estudantes estão, sim, na luta, já entenderam esse processo e estão organizados no Brasil para contrapor esse modelo do agronegócio e para defender os interesses dos povos, das populações.

Eu gostaria que levantasse a mão aqui quem já entrou dentro de uma universidade. Pois é, a universidade é pública, é do povo. Quem paga para estudarmos lá são vocês. Depois nos formamos para trabalhar para as grandes empresas, destruindo a vida de vocês. Essa é a realidade colocada hoje.

Não sei se vocês estão percebendo, mas acho que temos de repensar um pouco esse processo de democracia que vivemos no Brasil, essa democracia representativa. Elegemos um camarada, que vem para cá. E achamos que ele vai nos representar! Já estou careca de ver o que acontece. Há mais de vinte anos que, depois que ele está aqui, só pensa no próprio umbigo, dá um pé na bunda de todo mundo, só defende o que é dele e deixa o povo para lá. Quando chega perto das próximas eleições, ele faz uma visitinha às comunidades para arrecadar mais alguns votos, para ver se continua.

Companheirada, temos de começar a repensar isso. Temos que estar organizados. Hoje em dia, temos dificuldades na comunidade para organizar o povo. O povo está muito iludido. Marcamos uma reunião com a comunidade, mas é difícil ir todo mundo. O pessoal não vai, porque está preocupado com isso, com aquilo, e não acredita mais nas decisões políticas tomadas. Temos que começar a repensar isso. Temos que estar com o pessoal organizado. Se dissermos que haverá uma organização aqui em Brasília, é para vir todo mundo, mais de mil pessoas. Se tiver que ir para qualquer lugar fazer mobilização, defender os

direitos, o povo está organizado e está consciente, entendendo o que fará. Acho que está faltando muito isso hoje.

Companheirada, essa nossa luta hoje – estamos reivindicando a proteção do Cerrado – é um pedacinho de uma luta muito maior. Estamos lutando para transformar toda essa sociedade, lutando por um Brasil mais justo, mais igualitário não só no Cerrado, mas na cidade, para todo mundo. Uma elite bem pequena governa hoje todo o resto do Brasil, passando por cima de todo mundo. Quem tem a força, gente, quem comanda este País, quem produz as riquezas deste País não é essa elitezinha; não, é o povo. E o povo não participa, depois, da divisão dessas riquezas. Então, nós temos que repensar esse processo.

Pego um gancho na fala do Ministro Carlos Minc, que colocou para nós que pagará às populações tradicionais para consertarem o que as grandes empresas destruíram. Temos que pensar nisso bem conscientes, porque, se pararmos para pensar, o Governo financiou essas empresas para virem para cá. O Governo destruiu a natureza, destruiu os ambientes de vocês, os nossos ambientes aqui do Brasil, para levar todas as riquezas para fora do País. Agora, o Governo também está pagando novamente para vocês consertarem isso. Onde ficam as empresas nisso? Quem tem de pagar toda essa palhaçada, que foi construída, são as empresas, e não o dinheiro público, que sai do nosso bolso quando pagamos imposto todo mês.

Companheirada, digo que lugar de estudante não é só na escola. Lugar de estudante é na luta, junto com o povo, onde o povo estiver.

Obrigado, companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Muito obrigado ao Mateus Alves de Melo, da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, de Montes Claros, Minas Gerais.

Com a palavra Emir Lucas, de Barão de Melgaço, Mato Grosso.

O SR. EMIR LUCAS – Deputado, quero parabenizá-lo pela iniciativa dessa emenda. V.Exa. está de parabéns, primeiro, por defender esta bandeira nesta Casa de leis, no Parlamento do nosso País. Também quero parabenizar as pessoas presentes, todos os engajados nesta luta, com o mesmo objetivo.

V.Exa. está com quantos mandatos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Este é o terceiro.

O SR. EMIR LUCAS – V.Exa. trabalha e por isso está aqui. Tenho certeza de que irá continuar muito mais nesta Casa de leis.

Quero dizer ao povo brasileiro que eu me sinto envergonhado. Também sou Parlamentar, estou no meu segundo mandato. Fui, por duas vezes, um dos mais votados do meu município. Sou da região pantaneira de Poconé. Nasci em Barão e resido em Poconé.

Uma grande área do nosso município, no nosso Cerrado, está ocupada por agricultores familiares. Mas quero dizer que para mim, como Vereador do meu Município, é vergonhoso um projeto de lei tramitar quatorze anos na Câmara Federal deste País.

Foi apresentada uma emenda do Deputado. Inclusive queremos parabenizá-lo. Depois de ela ser votada na Câmara dos Deputados, será apreciada no Senado, que é quando teremos uma outra bandeira, pois teremos que conseguir os votos dos Senadores. Depois, teremos ainda que pedir penico para o Presidente da República sancionar a lei, porque senão todo o trabalho irá por água abaixo.

Por isso, senhores, temos que estar muito unidos nesta luta, muito engajados. Muitos encontros como este ainda vão acontecer, e é disso que temos que tratar. Cada representante comunitário, cada líder comunitário, cada líder político deve encaminhar uma moção até de repúdio aos representantes federais de nosso Estado. Sinto-me envergonhado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Todos os Deputados foram convidados.

O SR. EMIR LUCAS – Do nosso Estado há sete representantes aqui, mas, desses sete, cinco representam os plantadores de soja do meu Estado. É o Estado que tem o maior rebanho de gado, a maior produção leiteira. A maior produção de soja do mundo também está em Mato Grosso, onde, além de enfrentarmos os plantadores de soja, os grandes criadores de boi, estão também aqueles que mais o destroem, que são os garimpeiros. Então, não é fácil para esse povo estar cada dia mais espremido nas comunidades tradicionais, gritando. O líder maior do nosso Estado, o Governador Blairo Maggi, que deveria dar um apoio maior às pessoas que vivem no Cerrado, deixa a desejar. Além disso, temos os grandes empresários que ocupam as

nossas áreas pantaneiras, que perseguem e pressionam os ri-beirinhos para saírem de lá. Quando eles vão para a parte alta do nosso município, também são despejados pelos grileiros das grandes fazendas, os perseguidores dos agricultores familiares. Então, só resta gritar um socorro para o Congresso Nacional.

Graças a Deus temos aqui dentro o senhor, que, se Deus quiser, vai ser um porta-voz desse povo sofrido, desse povo que, tenho certeza, junto com o senhor, não irá decepcionar o seu Estado nem os demais Estados. Esta lei será aprovada.

Ao ouvir as palavras dos Deputados que me antecederam, ficou bem claro que não há votos suficientes para aprovar essa matéria. Infelizmente, quem defende a bandeira do Cerrado é a minoria. Então, vamos depender de uma grande mobilização de representantes de cada região, de cada Estado nesta Casa de leis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Obrigado, Vereador Emir Lucas, de Barão de Melgaço, Mato Grosso.

Com a palavra Benivalda Santiago Cerqueira, de Pantanal, Mato Grosso.

A SRA. BENIVALDA SANTIAGO CERQUEIRA – Boa tarde a todos. Como disse o Deputado Pedro Wilson, estou muito feliz de estar participando deste evento. Mas também estou triste porque o Deputado Pedro Wilson ficou aqui para nos atender e os outros foram embora. Como disseram os companheiros, só ficaram as placas com os nomes. Se fosse pela minha vontade, todos os Deputados da Câmara Federal estariam aqui para ouvir o que nós temos para dizer. (*Palmas*)

A maioria dos companheiros e das companheiras já saiu. Mas Jesus diz que *“onde dois ou mais estiverem reunidos em meu nome, estou no meio de vós”*.

Portanto, agradeço a todas as companheiras e a todos os companheiros que ficaram no auditório.

Faço parte da Associação de Mulheres Agricultoras Familiares de Araras do Pantanal e também sou Diretora da *Rádio Comunitária Voz do Cerrado*.

Quero dizer que nós, que somos do Cerrado, estamos contentes por participarmos desta audiência pública. Nós queremos uma política de proteção e conservação do Cerrado. Se a PEC não for aprovada, o Cerrado vai acabar.

Quero pedir ao nosso Deputado que lute para que o Cerrado fique vivo. O povo que vive lá necessita muito do Cerrado.

É muito triste ouvir o barulho das motosserras acabando com o Cerrado. O Deputado Edson Duarte disse que há muita gente que vive no Cerrado, mas não se criou lá.

Eu, por exemplo, já morei no Estado da Bahia. Naquelas caatingas, fui uma lutadora, trabalhei com o pé no chão, quebrei coco ouricuri. Hoje estou no Estado de Mato Grosso, que considero minha terra. Vou falar o português claro: é uma pouca vergonha, é uma falta de respeito o que estão fazendo com o nosso Cerrado, com a nossa Caatinga.

Não tenho medo de dizer: comparo a devastação do Cerrado brasileiro, do Cerrado mato-grossense, das Caatingas de Minas Gerais, da Bahia e de outros Estados, a uma doença, a um câncer que está corroendo a pessoa. A devastação do Cerrado, comparo a isso. O câncer, quando se alastra, enquanto não mata, causa muita dor. A mesma coisa acontece com o Cerrado.

Gente, pelo amor de Deus! Quero pedir, em nome das companheiras – há muitas pessoas de lá e de outros lugares –, pelo amor de Deus, Deputado, e os outros que já saíram – a audiência deve ser gravada –, tomem providências, senão vai morrer todo mundo. E nós não queremos isso. Deus nos deu a vida. A natureza é tão bonita! O povo não está sabendo preservá-la.

Que pouca vergonha, que falta de respeito!

Muito obrigada. Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Obrigado, Benivalda Santiago, de Cáceres, Mato Grosso.

Farão uso da palavra Wellington Brito, de Buritizeiro, Minas Gerais; Samuel Brito; Luís Carrazza; Elias Pereira dos Santos, de Santa Lúcia, Mato Grosso do Sul; Eliseu Lopes, de Guarani, Mato Grosso; Paulo Garcia, da Rede de Integração Verde; Sirilo dos Santos, da Associação do Quilombo Kalunga.

Samuel Brito. Depois do Samuel, usarão a palavra o Luís Carrazza, o Elias Pereira, o Eliseu Lopes, o Paulo Garcia e o Sirilo dos Santos.

Estamos prestes a encerrar esta audiência pública. Peço desculpas a todos, mas acho muito importantes esses depoimentos, que estão sendo exibidos ao vivo na *TV Câmara*.

No final, se alguém quiser, vamos fazer uma cena aqui. Vamos só encerrar os trabalhos para que todos venham aqui para cima para termos uma grande cena da luta do Cerrado, porque, mesmo com os problemas, vamos à luta e vamos ganhar essa luta.

O SR. SAMUEL BRITO – Com certeza. Esperamos ser vitoriosos. Boa tarde a todos. Boa tarde, gente!

Agora senti que, mesmo sendo poucos, ainda temos voz.

Quero, inicialmente, repudiar a postura dos políticos que estiveram presentes, que ocuparam boa parte do tempo desta audiência pública e não ficaram para ouvir o povo, que é quem tem o que falar do Cerrado.

Acho que temos que situar a questão da PEC do Cerrado no contexto da discussão da soberania do País. O bioma Cerrado é importantíssimo e fundamental para o País.

Se houvesse interesse real do Estado brasileiro, dos governos, dos políticos no Cerrado, a PEC do Cerrado já teria sido aprovada.

Infelizmente, está aí a luta do Deputado Pedro Wilson e outros, há quatorze anos, à espera de que a PEC do Cerrado e da Caatinga seja votada. Isso é um absurdo.

No mais, acho que a discussão sobre o Cerrado passa pela discussão do modelo de desenvolvimento existente hoje no Brasil. Na agricultura, o modelo hegemônico e devastador é o modelo do agro-hidronegócio, que tem por trás, além de todo o interesse dos ruralistas, dos grandes grupos econômicos, do capital internacional, a convivência do Estado brasileiro.

Hoje o agronegócio está falando de um território chamado “Mapitoba”: Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. Diante de toda essa discussão acerca do desmatamento zero, os olhares do agronegócio se voltam para o bioma Cerrado. O povo do Cerrado já sofre muito com todo o processo de degradação do

bioma. Se não conseguirmos barrar esse processo – não basta monitorá-lo, como propõe o Ministro Carlos Minc –, o povo do Cerrado poderá ser extinto.

Muitas vezes se fala do Cerrado com os olhos voltados apenas para a questão ambiental. Esquece-se do social. O que existe de Cerrado preservado hoje no Brasil deve-se às pessoas que estão aqui, o povo “geraizeiro”, os beiradeiros dos rios do Cerrado. Esse povo é a maior riqueza do Cerrado. E é ele que vai ter que bater o pé, fazer uma luta concreta no enfrentamento direto desse modelo que degrada o Cerrado.

Vamos lá. Só com muita luta conseguiremos salvar o Cerrado e seu povo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Obrigado, Samuel Brito, de Buritizeiro, Minas Gerais.

Quero registrar o desabafo de Malvina, de Canápolis, Bahia: *“Por que Canápolis, da Bahia, não está cadastrada no seminário? Nós sofremos muito. Somos nordestinas sofredoras, precisamos muito das cisternas. Passamos a ter sede. Muito obrigada”*.

Um abraço à Malvina, de Canápolis, Bahia.

Com a palavra o Paulo Garcia.

O SR. PAULO GARCIA – Boa tarde aos guerreiros que restaram.

Gostaria de trazer mais uma consideração a essa discussão sobre a PEC do Cerrado e da Caatinga.

Antes, gostaria de “agradecer” aos nobres Deputados que deram o ar da graça aqui e foram embora desrespeitosamente: Dr. Roberto Rocha, Domingos Dutra, Fernando Ferro, Edson Duarte, Rodrigo Rollemberg e o nobre Ministro da liberação, Carlos Minc.

Há quatorze anos essa PEC está circulando nesta Casa. Esta audiência é uma prova de que vai levar mais quatorze anos para ser aprovada se não fizermos nada em prol dela. É um desrespeito, ficamos só nós e o Pedro Wilson. Mas tudo bem.

Venho de Alto Paraíso, na Chapada dos Veadores, Sou da Rede de Integração Verde. Vim aqui para prestar esclarecimentos. Falamos de água. Moramos numa área de nascente, uma das principais nascentes do Rio Tocantins.

Esse mapa que vocês estão vendo é da nossa região, que compreende cinco Municípios: Alto Paraíso, São João da Aliança, Colinas, Cavalcante e Água Limpa.

Nessa área de nascente riquíssima estavam prevendo 22 PCHs, que agora eles dizem que são alternativas. Dizem que a PCH é uma alternativa de energia, mas não é. A PCH causa tanto impacto quanto uma grande hidrelétrica.

Para vocês terem uma ideia, Alto Paraíso tem o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a APA de Pouso Alto, várias Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), é reserva da biosfera. E eles estão querendo fazer oito pequenas hidrelétricas na nossa região.

Então, fazemos um apelo para que nossa região seja olhada. Não que ela seja mais importante que as outras, mas estamos falando de uma área de nascentes, de água pura, de nascente do Tocantins. Eles acabaram com a calha do Tocantins com as hidrelétricas grandes. Agora querem encher nossa região de pequenas hidrelétricas. São oito. Fazemos uma moção, pedimos ao Pedro Wilson para nos ajudar nessa história.

O Governo está pecando demais, está vindo com um modelo – todos já disseram – superultrapassado, com grandes usinas, transposição do São Francisco. Pergunto: o compromisso do Governo é com quem, na verdade? Porque ele fica passando a mão na cabeça do povo, mas a gente está com as mesmas dificuldades há dez anos. O Governo atual entrou e não mudou nada, gente, nada. Está pior. Acho que está pior.

Precisamos fazer uma grande movimentação amanhã. Temos que invadir um ministério desses, fazer um movimento maior, algo maior. O que aconteceu? Os Deputados esvaziaram a audiência pública, foram embora, não vai rolar mais nada.

Era só isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Obrigado ao Paulo Garcia.

Eliseu Lopes, Elias Pereira e Luiz Carrazza não estão mais presentes.

Informo a vocês que convidei uma amiga minha, Solange, que homenageio neste momento. Ela era esposa do Vanderlei de Castro, que foi um grande ambientalista, lutou na Amazônia, no Cerrado, e faleceu recentemente. Uma salva de palmas, mais uma vez, para o Vanderlei.

Registro também a luta da Agrotec, de Diorama, cujos Prefeito e Vereadores estiveram presentes a esta audiência.

É muito importante a manifestação na política. Mas não podemos ser meros eleitores, que elegem e depois não cobram dos eleitos. Precisamos cobrar dos Deputados, cobrar do Pedro Wilson. Não estou fazendo aqui nenhum favor a vocês, estou aqui em razão de compromisso de mandato, um mandato a favor do Brasil – todos nós juramos de forma igual.

Concedo a palavra ao último orador, Sirilo dos Santos Rosa.

O SR. SIRILO DOS SANTOS ROSA – Boa tarde a todos e a todas.

Meu nome é Cirilo dos Santos Rosa. Sou Presidente de uma Associação chamada Quilombo Kalunga, três Municípios que se unificaram em um só território.

Somos uma população de mais de 6 mil habitantes. Estou aqui falando em nome desses três Municípios, que são Cavalcante, Teresina e Monte Alegre.

Quero agradecer ao Deputado Pedro Wilson, que sinto ser um grande guerreiro pelos quilombolas e por toda a Nação brasileira, o único que marca presença neste seminário.

Parece que ele não é racista. Uma pessoa que tem garra, faz reivindicações, ouve as reivindicações dos quilombolas e de toda a população, que tem compromisso com a sociedade, merece nosso crédito. Não é só na época de eleições que podemos acreditar nele, mas em todos os momentos.

Reivindico também não só as terras do quilombo dos Kalungas, mas de outros quilombos também. Nós, kalungas, somos exemplo disso, somos um tesouro para as pessoas ganharem dinheiro. Não digo todos, mas boa parte dos que se dizem responsáveis pelos quilombos. Eles ganham dinheiro em cima da nossa miséria. Enquanto vivemos na miséria, eles ganham

recursos que seriam para nos beneficiar, para regularizar nossas terras para termos sossego, para sairmos da escravidão. Mas continuamos lutando, reivindicando nossas terras.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi à nossa comunidade, Engenho Doido, no Município de Cavalcante, em 12 de março de 2004. Lá, disse que assinou com o Governador Marconi Perillo compromisso para que até o final de 2006 fossem regularizados todos os territórios quilombolas no Município de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina. O Programa Luz para Todos estaria contemplado em todas essas comunidades. Mas não saiu dali de onde ele deixou. Se ele não sabe ainda, é bom que fique sabendo a partir desta reivindicação e cobre esse trabalho das pessoas que estão lá dentro, que estão enganando os quilombolas e o próprio Presidente Lula. Ele está sendo enganado, assim como nós. Eles estão dizendo que estão fazendo esse serviço, que estão cumprindo essas reivindicações, essas políticas públicas, que estão sendo feitos investimentos para as comunidades, mas esses investimentos não estão chegando até nós. O porquê disso eu não sei.

Queremos que sejam regularizadas as nossas terras imediatamente, porque o mandato do Presidente está vencendo e, se vencer o seu mandato, nós não sabemos se vamos ter as nossas terras regularizadas. Acabou o problema do Cerrado, não vai acontecer essa vitória também, porque, para acontecer a vitória com o Cerrado, tem que haver regularização fundiária em todas as comunidades quilombolas, porque nós, quilombolas, sabemos preservar o Cerrado. Estando o Cerrado nas nossas mãos, sabemos preservá-lo, porque é nossa tradição trabalhar com o Cerrado de maneira sustentável, sem degradar, sem poluir, sem usar veneno.

Por isso, eu, em nome da Associação do Quilombo Kalunga e em nome de todas as comunidades quilombolas, peço que fiquemos unidos. Vamos cobrar primeiro a regularização fundiária das terras quilombolas, para sermos felizes, para sairmos da escravidão. Só assim teremos acesso a recursos que vêm do banco para trabalharmos, porque nem a isso temos direito, às verbas dos bancos para os pequenos agricultores familiares. Não temos acesso a esses benefícios porque não temos a regularização das terras definida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) – Obrigado ao Sirilo e a todos que participaram desta audiência. Renovo o convite para, no começo da noite, participar da abertura do VI Encontro dos Povos do Cerrado, no Memorial dos Povos Indígenas, no Eixão, logo acima do Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Agradeço pela ajuda de todos os assessores da *TV Câmara*, das Comissões de Legislação Participativa e de Meio Ambiente. Agradeço ao Ricardo e à Solange, da Agrotec. A homenagem que fiz a ela estendo a todas as mulheres. Agradeço pela presença de todas e de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública, antes convocando os senhores membros para a reunião ordinária designada para a realização de audiência pública para debater os limites máximos para o spread bancário, matéria constante da Sugestão 129, do Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo (IBDEC), a realizar-se no dia 15 de setembro, terça-feira próxima, às 14h30min, em plenário a ser informado oportunamente.

As notas taquigráficas desta audiência pública serão oportunamente remetidas às entidades.

Muito obrigado pela participação de todos. Peço desculpas por algum atendimento insatisfatório. Saúdo todos vocês. Este é um momento forte, não só na luta pelo Cerrado, pela democracia, pela paz, mas na luta para que esta seja uma Pátria de todos os brasileiros – da cidade, do campo, do Cerrado e dos sertões, que tanto amamos, e das águas emendadas do Centro-Oeste brasileiro.

Muito obrigado e boa tarde.

Siglário

A

AAPISBEL	Associação dos Apicultores de Bela Vista
Acebev	Associação Casa de Ervas Barranco da Esperança e Vida
Agrotec	Centro de Tecnologia Agroecológica de Pequenos Agricultores
APA	Área de Proteção Ambiental
APA	Alternativas para a Pequena Agricultura
Aplam	Associação de Promoção do Lavrador e Assistência ao Menor
Ascopi	Associação de Promoção e Incentivo ao Grupo de Produção Alternativa
ATRVC	Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale do Corda

B

BA	Estado da Bahia
Basa	Banco da Amazônia

C

CAA	Centro de Agricultura Alternativa
CAV	Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica
Centru	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
Comprup	Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Poconé Ltda.

Comsaúde	Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Coopter	Cooperativa Trabalho Prestação Serviço Assistência Técnica
CRAD	Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas

D

DF	Distrito Federal
----	------------------

E

Ecodata	Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

F

Fase	Federação de Assistência Social e Educacional
Feab	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
Fitert	Federação Interestadual dos Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão

I

Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDEC	Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo
Ibram	Instituto Brasília Ambiental

M

MDR	Módulo Demonstrativo de Recuperação de Áreas Degradadas de Espécies Nativas de Uso Múltiplo
MG	Estado de Minas Gerais

MMA	Ministério do Meio Ambiente
Mopic	Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado
MS	Estado do Mato Grosso do Sul
MT	Estado do Mato Grosso

N

Nascer	Núcleo de Agricultura Sustentável do Cerrado
--------	--

O

ONG	Organização Não Governamental
-----	-------------------------------

P

PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde

R

Resex	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural

S

STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
------	--

T

TO	Estado do Tocantins
----	---------------------

U

UDR	União Democrática Ruralista
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UnB	Universidade de Brasília



ISBN 978-85-736-5742-5

